

Revista

Socialismo & Liberdade

Edição Dezembro 2025

Edição
especial
20 anos da
legalização

PSOL



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco Novembro de 2025

Presidenta
Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta
Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro
Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação
Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais
Daniel Moraes Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação
Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico
Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais
Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampaio Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos
Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etienne Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.
Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Revista Socialismo e Liberdade

Edição
Joselicio Junior
Ana Cristina Carvalhaes

Apoio Editorial
Ewerson Cláudio

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Diagramação
WHIZZ (Wendell Cristiano e Igor Gelati) e HPDesign

Revisão
Dafne Melo

Capa

Cesar Habert Paciornik

SUMÁRIO

2004-2005	PSOL, desde a origem um partido necessário Luciana Genro	03
Linha do tempo	Duas décadas de compromisso com a liberdade e a luta pela transformação social Redação	07
2005-2014	Anos de aprendizado e amadurecimento Luiz Araújo	14
2005-2014	Erguemos a bandeira do Socialismo e Liberdade Luciana Araújo	18
2005-2014	Tempos decisivos na consolidação do partido Roberto Robaina	23
Homenagem	O legado de Plínio de Arruda Sampaio no PSOL Fernando Silva (Tostão)	26
2015-2025	Um período de lutas e conquistas Áurea Augusta e Juliano Medeiros	28
2015-2025	Dos problemas no paraíso às portas do inferno Berna Menezes	32
2015-2025	Na travessia de uma década extraordinária Alessandra Freitas e Carlos Bittencourt	36
Homenagem	"Nesse lugar da política" Fernanda Chaves e Priscila Britto	40
Perspectivas	Um PSOL à altura de nossos compromissos com o futuro Alexandre Freitas e João Machado	42
Perspectivas	O PSOL e a construção de um novo bloco histórico Tiago Paraíba	46
Perspectivas	Passos de coragem, ontem, hoje e amanhã Paula Coradi	50
Nossa marca	Os movimentos populares são o que nos alimenta Ana Cristina Carvalhaes	54
Congresso	Uma sigla que faz a diferença Helena Martins e João Machado	58
In Memoriam	Homenagem aos imprescindíveis Redação	62

PSOL, desde a origem um partido necessário

2005-2014



Luciana Genro

É fundadora do PSOL, deputada estadual no RS e presidente da Fundação LCMF

O Partido Socialismo e Liberdade nasceu em junho de 2005, quando ganhou o número 50 da Justiça Eleitoral. Mas fomos concebidos dois anos antes, quando se formou o movimento Esquerda Democrática e Socialista, que passou a reunir parlamentares,, grupos, dirigentes e intelectuais de esquerda, a maior parte dos quais anteriormente no PT, mas também vindos do PSTU, todos descontentes com os rumos do primeiro governo Lula.

Com origens e tradições diversas na esquerda brasileira, aquele conjunto de militantes e correntes somou forças para erguer um partido — e passou pela prova duríssima da coleta de assinaturas para a legalização — porque enxergou ganhando o número 50. A fundação do PSOL foi fruto de uma necessidade política de construir uma alternativa partidária, diante de um governo que se reivindicava de esquerda, mas executava um conjunto de políticas, em particular a política econômica, totalmente subordinada aos interesses do capital.

Nascemos com o propósito conjuntural de constituir uma oposição de esquerda ao governo Lula, mas com a estratégia de resgatar e manter erguidas as bandeiras históricas



da classe trabalhadora que o PT e seu governo estavam abandonando.

O primeiro enfrentamento com o partido recém-eleito ao Planalto foi protagonizado por Heloísa Helena, senadora do PT de Alagoas, em 2003. Heloísa se recusou a votar em José Sarney para presidente do Senado, como havia sido determinado por Lula. Mas, antes disso, na famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002, em plena disputa eleitoral com José Serra (PSDB), Lula já havia firmado um compromisso claro com o mercado financeiro em detrimento das mudanças estruturais na economia defendidas historicamente pela esquerda. O compromisso central assumido pelo então candidato Lula naquela carta divulgada em junho de 2002 foi manter a “estabilidade econômica” e respeitar os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com o mercado financeiro e especuladores nacionais e estrangeiros. A carta foi uma resposta ao clima de desconfiança dos mercados com a possibilidade de vitória de um candidato historicamente associado à esquerda e ao sindicalismo, e buscava tranquilizar empresários e investidores, ao afirmar que seu governo não iria romper com o sistema econômico existente.

Antes mesmo de Lula tomar posse em 2003, já estava evidente a orientação que tomaria o novo governo, tão comemorado nas ruas e locais de trabalho por todo o país. Os ministros burgueses escolhidos por Lula foram consequência daquela escolha inicial. A nomeação para presidente do Banco Central de Henrique Meirelles, ex-CEO do BankBoston e que havia sido eleito deputado federal pelo PSDB, apenas confirmou o rumo pelo qual Lula havia optado. Meirelles renunciou ao mandato para assumir a chefia do Banco Central, num aceno direto ao setor financeiro, deixando claro que o governo não iria inovar do ponto de vista econômico. A necessidade de manter os elevados superávits primários para garantir o pagamento dos juros da dívida pública era a preocupação central do mercado, algo que Meirelles diligentemente entregou.

Naquele momento, muitos dirigentes do PT, especialmente os mais vinculados à ala de esquerda, ainda sustentavam que o governo iria virar lentamente nessa direção, e que a situação inicial de rendição ao mercado era transitória. O próprio Lula usou a analogia de um transatlântico para justificar a manuten-

**Nascemos para ser
oposição de esquerda
ao governo Lula de
então, mas com a
estratégia de manter
erguidas as bandeiras
históricas da classe
trabalhadora**



ção das bases econômicas herdadas de Fernando Henrique Cardoso: “O Brasil não é um fusquinha, que pode dar um cavalo-de-pau. É um transatlântico. Se a virada não for feita aos poucos, pode afundar. E nós não temos vocação para Titanic”. Essa declaração foi feita após o anúncio de um corte de 14,1 bilhões de reais no orçamento para 2003, como parte da política econômica de seu governo.

Entretanto, a virada econômica nunca veio. O que logo surgiu foi o anúncio da Reforma da Previdência, que aprofundava a lógica do ajuste fiscal e agregava um ataque frontal aos direitos dos servidores públicos, que sempre tinham sido uma forte base social do PT. A reforma, vista mais como uma contrarreforma pelos servidores mobilizados, foi a primeira ação legislativa do governo para demonstrar seu compromisso com a ordem econômico-financeira.

Por isso, era fundamental para Lula garantir a unidade do PT nesta votação da reforma, sinalizando que os “radicais” não tinham força interna. Houve “choro e ranger de dentes”. Muitos deputados da esquerda demonstraram sua insatisfação com a medida a ser adotada. Além dos quatro que acabaram expulsos do

partido — Heloísa Helena, Luciana Genro, Babá e João Fontes — vários outros parlamentares vinculados à esquerda, como Chico Alencar, Ivan Valente, Maninha, João Alfredo e Lindbergh Farias, em meio à forte greve dos servidores, ameaçaram ficar contra a reforma. Porém todos acabaram cedendo às pressões de Lula e às ameaças de expulsão vocalizadas por José Dirceu, chefe da Casa Civil, e José Genoíno, presidente do PT. As exceções foram Heloísa, eu, Babá e João Fontes, que mantivemos a posição contrária. Em dezembro de 2003, em uma reunião do Diretório Nacional do PT, fomos expulsos. Conosco saiu Roberto Robaina, que era membro do Diretório Nacional, entre outros filiados e dirigentes estaduais.

Em janeiro de 2004, ocorreu uma reunião de dirigentes e militantes de correntes políticas, intelectuais críticos do rumo que o governo Lula vinha tomando desde 2003, integrantes de movimentos sociais e militantes independentes. Participaram das articulações professores universitários, dirigentes sindicais (especialmente dissidentes da CUT vinculados ao setor público), membros de movimentos populares urbanos e estudantis, como o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), organização popular de esquerda que participou das articulações, com seu dirigente Martiniano Cavalcanti.

Essa reunião teve um papel fundamental na decisão de iniciar um movimento para fundar um novo partido de esquerda no Brasil, que mais tarde viria a se concretizar na criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A reunião criou o Movimento por um Novo Partido, lançando um jornal e um roteiro de viagens dos parlamentares radicais por todo o Brasil. Foram realizados eventos em todas as capitais

do país, reunindo uma ampla vanguarda composta fundamentalmente por servidores públicos, jovens e militantes das correntes MES, CST, MTL, CSOL, SR, dissidentes da DS e grupos regionais. Heloísa Helena era o carro-chefe, como a figura pública mais conhecida, muito apoiada e admirada pelos seus enfrentamentos com as oligarquias do Nordeste.

Em 6 de junho de 2004, em uma plenária nacional realizada em Brasília, com a presença de centenas de militantes e lideranças de esquerda, é fundado o PSOL e lançada a que viria a ser a duríssima e corajosa campanha de legalização. Entre as figuras de destaque da luta política para fundar o PSOL também contamos com o apoio de intelectuais de alto calibre como Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Francisco de Oliveira, Paulo Arantes, Rosa Marques e Milton Temer.

Da fundação à legalização

A fundação do novo partido estava conquistada, mas para legalizar junto ao TSE ainda seria necessário conseguir cerca de meio milhão de assinaturas (438 mil na época, com obrigação de contar com 2% dos eleitores de 10 estados), todas a serem checadas e referendadas pelos cartórios eleitorais em todo o Brasil. O desafio era conquistar a legalização até outubro de 2005, a tempo de que o partido se apresentasse às eleições presidenciais de 2006. Em 15 de setembro de 2005, após uma grande campanha de coleta de assinaturas, conquistamos a legalização que permitiu lançar Heloísa Helena como candidata a presidente em 2006.

Nesse contexto, justamente em 2005, explodiu o chamado escândalo do “Mensalão”, que aprofundou a crise interna do PT. O mensalão foi um esquema de compra de apoio parlamentar no Congresso Nacional, que foi denunciado em junho de 2005 pelo então deputado Roberto Jefferson (PTB). As denúncias derrubaram José Dirceu, chefe da Casa Civil, homem forte de Lula



Mesa do Encontro de Fundação do PSOL, em Brasília, junho de 2004. A legalização seria em setembro de 2005

e cotado para sua sucessão. O escândalo abalou a principal imagem positiva do PT, visto como um partido ético, que não se curvava ao to-má-lá-dá-cá da política tradicional.

Surgiu então uma nova leva de dissidentes, ampliando o processo de ruptura petista iniciado com a reforma da Previdência em 2003. Os parlamentares Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Orlando Fantazzini (SP), Maninha (DF) e João Alfredo (CE), além de muitos militantes, intelectuais e dirigentes sindicais saíram do PT e aderiram ao PSOL após 2005, fortalecendo o partido como referência da esquerda crítica. Entre eles estava também o ex-deputado e militante católico Plínio de Arruda Sampaio — que acabava de participar como pré-candidato da esquerda crítica no Processo de Eleição Direta (PED) do PT. Plínio seria nosso candidato a presidente pelo partido em 2010.

As eleições de 2006 marcaram a estreia eleitoral do PSOL. Heloísa Helena era uma figura extremamente popular, sem a qual o partido não teria tido o peso que teve. Heloísa obteve quase 7% dos votos válidos (6 milhões, 575 mil e 393 votos) para presidente, firmando o PSOL como uma alternativa eleitoral à esquerda do PT. Eu fui reeleita deputada federal, agora pelo PSOL, com 185 mil e 71 votos; no Rio foi reeleito Chico Alencar com 119 mil votos; e em São Paulo Ivan Valente foi reeleito com 83 mil e 719 votos. Esta foi a primeira bancada do PSOL na Câmara Federal, da qual tive a honrosa tarefa de ser a primeira a liderar.

Nas eleições seguintes, em 2010, foi Plínio quem disputou a Presidência pelo partido, obtendo uma votação bem menor que a de Heloísa, com 886 mil e 816 votos (0,87% dos votos válidos), mas com uma campanha que encantou especialmente a juventude, pelo estilo combativo e ao mesmo tempo poético de um homem de 80 anos que esbanjava vigor e fé nas novas gerações. Em 2014, foi a minha vez de disputar a Presidência, quando alcancei 1 milhão, 612 mil e 186 votos (1,55% dos válidos). E em 2018,

numa conjuntura já bastante desfavorável devido ao ascenso da extrema direita, o PSOL escolheu e fez campanha por Guilherme Boulos, que obteve 617 mil e 122 votos (0,58%)

A importância do PSOL hoje

Toda (ou parte de) essa história já é bem conhecida pelos militantes, amigos e eleitores do PSOL. Entretanto, é necessário pensar nas lições que essa trajetória nos deixa, retomar as suas lições, analisar o que nos trouxe até aqui e como prosseguir. Estamos em um outro momento histórico, no qual a extrema direita tem uma força que em 2003 ninguém imaginava que poderia alcançar. A presente situação nos impõe a necessidade de unir forças com o PT e outros partidos de centro-esquerda para enfrentar os neofascistas. Em 2022, pela primeira vez em nossa curta história, o PSOL não teve candidato a presidente, tendo decidido corretamente por apoiar Lula desde o 1º turno, tendo em vista o desafio que seria vencer Bolsonaro.

A situação atual impõe a unidade com o PT e centro-esquerda para enfrentar o neofascismo

No livro que lancei em fevereiro de 2024, *A Alemanha da revolução ao nazismo: Reflexões para a atualidade* (Editora Movimento), trago um pouco das lições do processo político que levou a social-democracia alemã ao poder e depois acabou conduzindo a Alemanha ao nazismo. As análises de Rosa Luxemburgo, assassinada em janeiro de 1919 pelas milícias nazistas com a conivência do governo social-democrata, e de Trotsky, assassinado por Ramón Mercader (agente da polícia secreta soviética) a mando de Stálin em 1940, entre outros marxistas, mostraram com precisão

as consequências das capitulações e traições da esquerda adaptada à ordem. Mostraram como a extrema direita se fortalece quando a esquerda abandona suas bandeiras e se dedica a governar administrando os interesses do capital. Guardadas as devidas proporções, a analogia é muito útil para entender o que ocorreu no Brasil de 2003 a 2018, e a vitória do capitão Bolsonaro nas eleições presidenciais.

Afirmar a atualidade do socialismo — que será radicalmente ecológico ou não será —, tê-lo como objetivo, e afirmar o marxismo como instrumento teórico-político não significa negar a importância e a defesa de reformas, isto é, de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e do povo. Sabemos, entretanto, que os capitalistas dão com uma mão e tiram com a outra. Por isso, as melhorias de vida conquistadas devem ser utilizadas numa perspectiva de transformação radical da sociedade e não como negação da necessidade de transformações profundas, estruturais, de uma revolução social anticapitalista. A contradição irreconciliável entre os interesses dos trabalhadores assalariados, dos camponeses e de todos aqueles que vivem do trabalho, de um lado, com os interesses dos capitalistas e latifundiários nos impõe a necessidade de um partido que tenha uma posição clara nessa disputa mais atual e desafiadora que nunca.

Essa reivindicação do socialismo deve seguir sendo o alicerce do PSOL, como foi na sua fundação. A luta por uma transformação radical da sociedade e do modo de vida continua, a meu ver, a razão da existência do partido e da importância dele para a classe trabalhadora, agora com suas novas formas de luta, bandeiras e organização (além de sindicais e populares, também ambientais, antirracistas, feministas, antilgbtfóbicas).

Preservar a independência do PSOL, sua natureza como partido das maiorias que vivem do trabalho, anticapitalista e ecossocialista é nossa grande tarefa nesta comemoração dos 20 anos da nossa legalização. ■

DUAS DÉCADAS DE COMPROMISSO COM A LIBERDADE E A LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



20 anos do Psol



Duas décadas de compromisso com a liberdade e a luta pela transformação social



O Partido Socialismo e Liberdade celebra vinte anos de legalização, como a referência nacional daqueles e daquelas que não separam a luta por liberdades e democracia real, da batalha pelos direitos econômico-sociais dos explorados, pelo fim das desigualdades de todos os tipos, em direção a uma sociedade socialista.



Nasce o movimento por um novo partido — também chamado Esquerda Democrática — uma reunião de diversas correntes, parlamentares, intelectuais de esquerda, a maior parte dissidentes do PT ou do PSTU, descontentes com os rumos do primeiro governo Lula. Entre os intelectuais apoiadores destacavam-se Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Fábio Konder Comparato, Francisco Oliveira, Ricardo Antunes, Azis Ab'Saber, Paulo Arantes, Leda Paulani.

2004



2005

Da necessidade de construir uma alternativa partidária ao governo de então, que começava a executar uma política econômica subordinada ao mercado, surge a força e a ousadia de encarar uma campanha de apoio nacional para a legalização. Em setembro daquele ano, muito suor e 438 mil assinaturas reconhecidas depois, o TST legaliza o novo partido com o número 50 e a sigla PSOL.



Com a explosão do escândalo do Mensalão, uma nova leva de militantes e parlamentares rompe com o PT e adere ao PSOL: Milton Temer (RJ), Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Orlando Fantazzini (SP), Maninha (DF), João Alfredo (CE) e Plínio de Arruda Sampaio.

De início com apenas três deputados federais e uma senadora, o partido vai pouco a pouco ampliando sua bancada. Foram parlamentares nacionais no período Heloísa Helena, Luciana Genro, Babá, Ivan Valente, Maninha, Fantazzini, João Alfredo, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues, José Neri (senador).

- Crescimento local. Em 2008, o partido obteve 5,7% dos votos para a prefeitura de Fortaleza, com Renato Roseno candidato; 9% em Porto Alegre, com a campanha de Luciana Genro e 3% em Salvador, com Hilton Coelho. Em 2012, o defensor dos Direitos Humanos Marcelo Freixo, obtém 28% dos votos para prefeito do Rio, vai ao segundo turno e o partido elege quatro vereadores.

2005-2006

2007-12

2006

O PSOL lança a então senadora Heloísa Helena como sua primeira candidata à Presidência da República — que obtém cerca de 6,5 milhões de votos (7% dos válidos). Heloísa seria presidente do partido até dezembro de 2010.

2007

Em junho, a nova sigla realiza seu primeiro Congresso, no Rio de Janeiro. Ainda haveria Congressos em 2009, 2011 e 2013.





O PSOL lança como candidato à Presidência o advogado e militante católico Plínio de Arruda Sampaio, cuja campanha contra a desigualdade social e pelos direitos encanta a juventude. (Ver homenagem a Plínio na página 26).

- Em dezembro, Afrânio Boppré substitui Heloísa Helena na presidência do partido.

2010



Novas adesões: no período, ingressam no partido Glauber Braga no Rio de Janeiro e Luiza Erundina em São Paulo, ambos vindos do PSB.

2014-2015



Num país que girava à direita, o partido lança a deputada Luciana Genro como candidata à Presidência da República.

- Nesse ano, o PSOL elege seis deputados federais: Edmilson Rodrigues, pelo Pará; Ivan Valente, por São Paulo; Chico Alencar, Jean Wyllys e Glauber Braga pelo RJ, além do cabo-bombeiro Daciolo — que não ficaria mais que um ano na sigla.

2014

2013

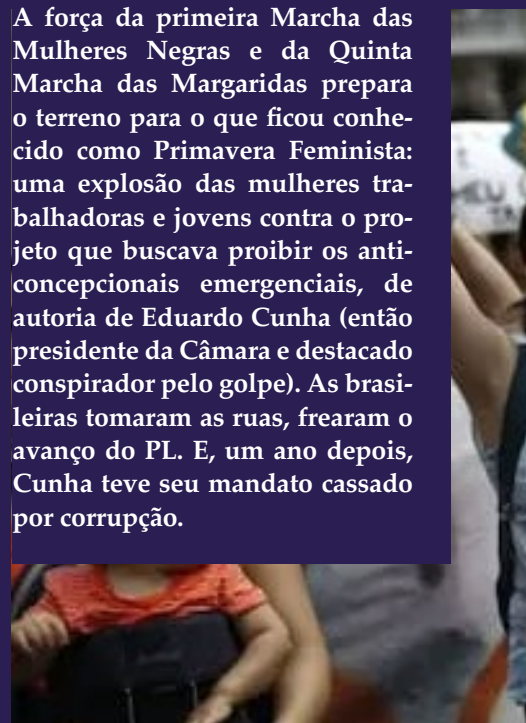
Jornadas de Junho: no impulso da luta pela redução do preço das passagens urbanas, mobilizações gigantescas exigem direitos sociais e incendeiam o cenário político. A militância juvenil e popular do PSOL participa, disputando com todas as forças possíveis a condução da rebelião com as forças de extrema-direita que surgiam e tentavam desvirtuar o movimento. Ator fundamental nessa disputa, com o qual o PSOL se encontrou e coincidiu, foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

- Em novembro, o educador Luiz Araújo substitui Ivan Valente na presidência do partido.



2015

A força da primeira Marcha das Mulheres Negras e da Quinta Marcha das Margaridas prepara o terreno para o que ficou conhecido como Primavera Feminista: uma explosão das mulheres trabalhadoras e jovens contra o projeto que buscava proibir os anticoncepcionais emergenciais, de autoria de Eduardo Cunha (então presidente da Câmara e destacado conspirador pelo golpe). As brasileiras tomaram as ruas, frearam o avanço do PL. E, um ano depois, Cunha teve seu mandato cassado por corrupção.





Na luta pelo Fora Temer. A militância partidária participa intensamente das mobilizações contras as contrarreformas e ataques à educação de Michel Temer.

2016-18



No ano da trágica vitória de Bolsonaro, o PSOL tem Guilherme Boulos como candidato à Presidência, elege dez deputados federais, dezenas de estaduais, incorporando pautas da juventude e dos movimentos sociais — como do feminismo, do antirracismo e da resistência LGBTQIA+.

- São eleitas Áurea Carolina (MG), Luiza Erundina e Samia Bomfim (SP), Talíria Petrone (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Edmilson Rodrigues (PA), Ivan Valente (SP), Jean Willys, Glauber Braga e Marcelo Freixo (RJ). Com a renúncia de Willys, assume como deputado David Miranda (RJ). Depois, com a licença de Edmilson, eleito prefeito de Belém em 2020, assume Vivi Reis (PA).

2018

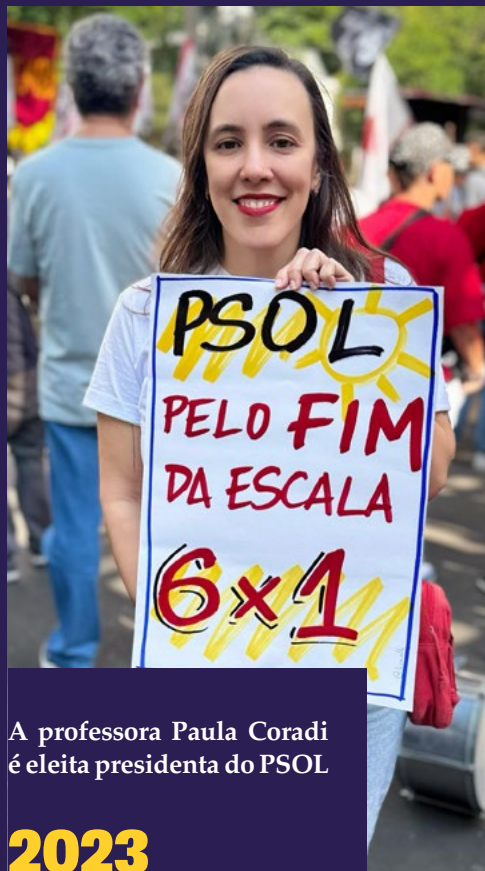


Assassinato da vereadora Marielle Franco, em 18 de março, no Rio de Janeiro; hoje, se sabe, a mando dos milicianos irmãos Brazão.



Na resistência contra as medidas ultraliberais e fascistas de Jair Bolsonaro, enquanto a militância é linha de frente nos atos contra o governo — com destaque para o boicote criminoso às medidas de contenção da Covid-19 —, a bancada do PSOL enfrenta determinada e corajosamente os ataques da extrema direita parlamentar, como na CPI do MST.

2018-20



A professora Paula Coradi é eleita presidenta do PSOL

2023



Escolhido como sigla pelo jovem ativista Rick Araújo (RJ), líder nacional do questionamento à jornada de 6 dias de trabalho para um de folga (a famigerada 6X1), o PSOL foi o primeiro partido a assumir essa bandeira e a deputada Erika Hilton a primeira apresentar projeto para modificá-la

2024

2022

Diante da nova legislação eleitoral, o PSOL conforma com a Rede uma federação partidária.

Pela primeira vez, o PSOL não lança candidato a presidente. O partido apoia Lula contra Bolsonaro e elege 10 deputados.

• São reeleita/os Chico Alencar (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Glauber Braga (RJ), Samia Bomfim (SP) e Talíria Petrone (RJ). Luiza Erundina (SP) se reelege. Para primeiro mandato, elegem-se Guilherme Boulos, Érika Hilton e Sonia Guajajara (SP), Tarcísio Motta e Henrique Vieira (RJ). Com a saída de Guajajara para assumir o Ministério dos Povos Indígenas, Ivan Valente (SP) assume o mandato.



EM NÚMEROS



160

Proposições que viraram leis

17.833
Proposições
em tramitação

300
MIL

Filiados

50
é o número da
nossa legenda

2025
Legislatura atual

14 Deputados federais
25 Deputados estaduais
80 vereadores

58.442
Proposições
apresentadas
entre
2005-2025

Navegando contra a maré do esvaziamento ideológico e da multiplicação de legendas de aluguel, o PSOL mostrou que é possível ser um partido democrático e popular, ecológico e militante, radical e ético, fiel aos princípios que o fundaram.

Fonte: Base de dados Câmara dos Deputados
e Senado Federal/Consultoria de Memória PSOL

ANOS DE APRENDIZADO E AMADURECIMENTO



Luis Araújo

Foi membro da Executiva Nacional do PSOL (2005 a 2017) e presidente nacional do PSOL (2013 a 2017).

Falar dos dez primeiros anos pode ser feito usando a importância da primeira fase da vida de um ser humano. A primeira infância é justamente a fase crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo, motor e socioemocional, sendo a base para a saúde, o aprendizado e o bem-estar ao longo de toda a vida da pessoa. Para o PSOL, a sua primeira década foi de rico aprendizado e amadurecimento.

Um partido de esquerda surge por uma necessidade histórica, podendo ser fruto de crise na ferramenta anterior ou exigência da luta em determinada conjuntura. Mas sempre é uma decisão consciente de um grupo (ou vários grupos). Ao contrário do PT, que surgiu como opção organizativa diante do ascenso das lutas contra a ditadura militar, o PSOL surge num momento de crise nos rumos da esquerda brasileira. Depois de décadas, havíamos conseguido chegar à Presidência da República, mas o programa e a política implementada estavam bem distantes das formulações apre-

sentadas na disputa de 1989. Ou seja, o PSOL não é simplesmente um racha de parte de parlamentares e ativistas que faziam parte do PT, é uma tentativa de responder ao questionamento de parte da militância sobre uma acomodação à ordem por parte da ferramenta amplamente majoritária no campo da esquerda.

Fundado em 2004 e legalizado no ano seguinte, o PSOL, no seu primeiro período, aglutinou correntes e parlamentares que haviam acumulado desgastes e contradições com a acomodação anteriormente descrita. Mas surgir em época de baixa temporada, de aumento da acomodação dos movimentos sociais e sindicais, teve um preço. Não teve como se alimentar do fervilhar de novos movimentos e lideranças do período anterior, pelo menos no seu início.

Nos primeiros dez anos, o que podemos arrolar como fatos marcantes na história do partido? Recortes sempre são escolhas a partir do que o autor enxerga como relevante. Um

fato é relevante pelo que produziu e por suas consequências organizativas e políticas.

Lenta estruturação

Pela própria origem, cabia ao PSOL demarcar um novo espaço de militância, um novo formato de partido e um novo programa político (e eleitoral). Mas, ao contrário de algumas formulações, nenhuma organização de esquerda parte do zero, somos críticos e, ao mesmo tempo, atrelados ao modo de fazer política que vivenciamos.

O PSOL surgiu como um aglomerado de pequenas organizações e somente dois anos depois de legalizado, em seu 1º Congresso Nacional, tivemos a primeira direção eleita de forma proporcional, estabelecendo a dinâmica de que as diretrizes e posicionamentos deveriam espelhar a real correlação de forças interna. O formato — que foi superado — manteve no primeiro momento o partido minimamente unido, não sem provocar prejuízos, sendo o mais relevante a não apresentação

5º Congresso Nacional do PSOL

BRASÍLIA - 4, 5 E 6 DE DEZEMBRO DE 2015



© Arquivo FLCMF

de um programa de governo na nossa primeira candidatura presidencial (2006 com Heloísa Helena).

Durante um longo período, em que pese suas direções terem sido eleitas de forma proporcional, não havia uma maioria sólida e sim minorias mais significativas e composições variadas de comando partidário. Mas isso não impediu o partido de se posicionar sobre a conjuntura e formar chapas majoritárias e proporcionais nos pleitos eleitorais. Porém, essa fragilidade ensejou crises periódicas e imenso gasto de energia para “apagar incêndios internos”.

Apesar dessas fragilidades organizativas, duas mudanças foram relevantes nesses primeiros dez anos: a cota de gênero e a cota racial.

A cota de no mínimo 50% de presença de mulheres nas direções partidárias foi aprovada no Congresso Nacional de 2013. Essa decisão provocou um verdadeiro terremoto — porém saudável — na forma de indicação da representação das correntes e chapas. Foi necessário, no Congresso de 2015, aprovar um complemento de que dirigentes mulheres só poderiam ser substituídas nas reuniões por mulheres, evitando burlar

a decisão anterior. Para um partido que se reivindicava feminista, a dificuldade de consolidar tal relevante mudança trazia à tona o quanto o machismo está presente também nas organizações de esquerda.

O acerto de ficar contra a Lava Jato e o golpe credenciou o partido a dialogar com uma ampla base social de esquerda

O PSOL tem o mérito de ter recuperado nas suas formulações congressuais o conceito de racismo estrutural, tão importante para compreender a sociedade brasileira e o capitalismo aqui construído. Mas encontrou resistência, pelo menos nos bastidores do Congresso Nacional de 2015, para aprovar a cota de 30% de presença negra nas direções partidárias.

A aprovação dessas duas mudanças, que tornaram as direções mais coerentes

5º Congresso: “Coube ao PSOL demarcar um novo formato de partido e um novo programa político (e eleitoral). Mas nenhuma organização de esquerda parte do zero”, diz Araújo

tes com o discurso e o programa partidário, foram fruto de mobilização setorial e teve que enfrentar a reação, velada e aberta, das direções da maioria das correntes, acostumadas com representação masculina e branca. O saldo é muito positivo. Foram mudanças que tornaram as direções mais diversas e renovadas. O principal mérito foi forçar a diversidade e trazer o debate de gênero e racial para o cotidiano das direções partidárias.

O grande teste

No final do primeiro decênio de existência, a conjuntura política começou a dar a guinada conservadora que resultou nas eleições de Bolsonaro em 2018. O partido teve que se posicionar sobre as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e, logo em seguida, tomar posição acerca das manifestações que ocuparam as ruas pedindo mudanças e que passaram a ser a base de massa para a articulação do impeachment da presidenta Dilma.

O partido tinha se consolidado como uma oposição de esquerda aos governos Lula e Dilma, seja nos movimentos, seja no parlamento. Era um momento em que o debate no seio da esquerda se restringia sobre apoiar governos que conciliavam interesses de trabalhadores e do capital, numa lógica de ganha-ganha, ou construir alternativas mais radicais. O mundo real mostrou que crescia por dentro do antipetismo, estimulado pela repercussão do escândalo do Mensalão (2005) e da Operação Lava Jato (2014), um movimento forte conservador e coordenado pela extrema-direita.

Houve intenso debate sobre o caráter das Jornadas de Junho de 2013, tema que consumiu muitas formulações partidárias no período. E, quando as mobilizações passaram a assumir um posicionamento conservador contra um governo de esquerda, criando a base social que viabilizou o golpe parlamentar de

2016, o partido teve que se posicionar acerca de aderir ou se opor às manifestações. Acertadamente, o partido soube identificar o caráter reacionário e o patrocínio golpista dessas mobilizações e, mesmo sendo oposição programática ao governo Dilma, se somou à mobilização da esquerda contra o golpe, grande parte do partido ajudou a construir a Frente Povo Sem Medo, expressão no movimento social de oposição à austeridade do governo Dilma e, ao mesmo tempo, linha de frente na mobilização contra o golpismo.

Esse caminho credenciou o PSOL a dialogar de forma mais qualificada com uma base social de esquerda mais ampla, como um polo de resistência ao crescimento da extrema direita, e permitiu atrair novos segmentos e lideranças.

No final da sua primeira década, o partido havia se transformado em porto seguro para lideranças políticas

Duas mudanças foram relevantes nos primeiros 10 anos: a cota de 50% para mulheres, aprovada no Congresso de 2013, e a cota de negros e negras, aprovada em 2015, não sem resistência nos bastidores



e ativistas, especialmente dos movimentos feministas, do movimento negro e LGBTQIPAN+. Fruto desse espaço conquistado recebemos nas fileiras partidárias, no final da primeira década, o deputado Glauber Braga (vindo do PSB), o movimento Muitas de Minas Gerais, que lançaria Aurea Carolina como vereadora no ano seguinte e a filiação em 2016 da deputada Luiza Erundina. E, dois anos depois estariam criadas as condições para atrair a principal liderança do movimento popular urbano de maior radicalidade que esteve simultaneamente na linha de frente do combate a medidas de austeridade e de resistência ao golpe de 2016. A vinda de Guilherme Boulos e lideranças do MTST e indígenas como Sônia Guajajara só foi possível porque o partido superou um início muito marcado pelo antipetismo e se firmou como uma alternativa de esquerda renovada, mas em diálogo com a base social popular brasileira.

De maneira resumida, podemos dizer que nos dez primeiros anos o partido amadureceu em termos de funcionamento interno, tornando suas direções mais femininas e negras, construiu lentamente uma maioria que oferecesse maior estabilidade política ao partido e, principalmente, acertou ao trabalhar para construir um espaço de oposição programática de esquerda aos governos progressistas sem se recusar a compor a frente única contra os avanços da extrema direita em nosso país.

O crescimento do partido na sua segunda década, em grande parte, foi fruto do que se plantou nessa primeira fase de vida. Um partido democrático de esquerda, sem se tornar sectário, de oposição à esquerda de governos do PT sem ser antipetista, coerente no combate à corrupção sem embarcar na falácia da Operação da Lava Jato. ■



Delegadas e delegados negros e negras, no 6º Congresso partidário, dezembro de 2017, organização Luizianã, foi GO. Auto-organização foi decisiva para conquista da cota racial

Erguemos a bandeira do socialismo com liberdade



Luciana Araujo

É jornalista, cofundadora do PSOL e integrante da primeira direção nacional da legenda

O ano era 2003 e, após o Brasil encerrar a Era FHC e eleger o primeiro presidente operário e líder sindical, a “reforma” da Previdência promovida pelo governo Lula contra o funcionalismo público, na esteira da Carta aos Brasileiros, abria um novo ciclo histórico no país.

O abandono do projeto socialista pelo Partido dos Trabalhadores e a consolidação da via da conciliação

de classes, consubstanciada na vice-presidência ocupada pelo industrial José de Alencar e o banqueiro Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, levou à abertura do processo de expulsão dos deputados federais João Batista de Araújo “Babá”, Luciana Genro e João Fontes, além da senadora alagoana Heloísa Helena. Nos movimentos sociais, milhares de servidores e servidoras lutavam para



evitar a taxaço das aposentadorias, o fim da paridade de vencimentos para ativos/as e aposentados/as e o aumento do tempo de serviço.

Com a expulsão dos quatro parlamentares, há um importante deslocamento de parte da militância petista, que se soma à então recente ruptura do PSTU, que adotara o nome de Coletivo Socialismo e Liberdade (C-SOL) por compreender a necessidade de afirmar a estratégia da ruptura socialista e também a negação dos modelos organizativos burocráticos que consolidaram a derrota da Revolução Russa e demais experiências de busca por emancipação da classe trabalhadora.

Após um importante ciclo de debates programáticos e organizativos que atraiu outros setores da militância em busca de uma alternativa para a organização da classe que se afirmava de esquerda, socialista e democrática, em um encontro em Brasília nos dias 5 e 6 de junho de 2004 nasce o PSOL. Ali cerca 800 militantes de 22 estados do país decidiram abraçar a difícil tarefa de legalizar um partido de esquerda socialista num país continental sob uma regra que então exigia 500 mil assinaturas de apoio à criação da nova legenda que deveriam ser coletadas em pelo menos nove unidades federativas e que individualmente representassem ao menos 0,1% do eleitorado, e um mínimo de 0,5% dos votos válidos coletados em cada um dos nove estados na eleição anterior para a Câmara dos Deputados.

Cumprida a tarefa — com muito esforço, sacrifício, perseguição de juízes eleitorais de direita que tentaram inviabilizar o registro da nova legenda com um sem número de exigências —, um ano e três meses depois, em 15 de setembro de 2005, o PSOL

era formalmente registrado no Tribunal Superior Eleitoral. O partido afirmava o socialismo com democracia como perspectiva estratégica e princípio na superação da ordem capitalista, e a auto-organização dos trabalhadores e das trabalhadoras como ferramenta. Uma nova alternativa que se contrapunha às “experiências totalitárias dos regimes stalinistas e as capitulações à ordem no estilo da 3ª via social-democrata”, a “todas as opressões, injustiças e barbáries cotidianas”, e que já afirmava — muito antes do ascenso da extrema direita e da nova etapa de disputas interimperialistas em curso — que “não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista”. Um projeto de rechaço à conciliação de classes e resgate da independência política “dos debaixo”, de reivindicação do internacionalismo vivo e da autodeterminação dos povos.

Foi a potência da reação organizada dos oprimidos que fez do PSOL a legenda com maior bancada negra da história do Brasil

Já no segundo congresso, em 2009, surgiram as primeiras polêmicas de grande monta. A então presidenta, senadora Heloísa Helena, tentou vetar a inserção no programa partidário da defesa da legalização do aborto. A resolução, no entanto, havia sido aprovada em plenárias estaduais e nacional da Setorial de Mulheres e era um consenso de todas as tendências internas. Foi a primeira vez que a base partidária mostrou sua força decisória e organização para impedir a subjugação do partido por uma figura pública.

No mesmo congresso, Heloísa Helena defendia que nas eleições do ano seguinte o recém criado partido

que apoiasse a candidatura de Marina Silva à Presidência da República. Embora com ela à frente, o PSOL tivesse angariado 6.575 milhões de votos (6,85%) no pleito de 2006, quando Lula era aprovado por 52% do eleitorado e se reelegeu com 48% contra 41% do atual vice-presidente Geraldo Alckmin, então no PSDB. Foi a segunda polêmica de grande monta.

O partido foi atravessado ainda pelo debate sobre o financiamento privado de campanhas, concluído de forma unitária, consolidando uma posição contrária à possibilidade de empresários, banqueiros e latifundiários aportarem recursos ao PSOL.

Naquele segundo congresso foi também lançada a pré-candidatura do saudoso Plínio de Arruda Sampaio, que tinha chegado ao partido junto com os camaradas da então Força Socialista e outros grupos petistas que romperam com aquele partido após diversas manobras burocráticas no Processo de Eleição Direta (PED) de 2005.

Não sem conturbados debates, Plínio sagrou-se pré-candidato em uma convenção realizada no Rio de Janeiro. Na mesma cidade, Heloísa Helena capitaneava outra plenária, convocada em paralelo, para questionar a decisão da militância. Mais uma vez, no entanto, a vitalidade orgânica do PSOL levou a que os também pré-candidatos Babá e Martiniano Cavalcante retirassem seus nomes da disputa.

Plínio, com sua vasta trajetória desde a Ação Social Católica, passando pelo exílio imposto com o Ato ditatorial Institucional nº 2, pela Constituinte de 1988 e a dedicação de uma vida em defesa da reforma agrária, foi o candidato que deu ao PSOL o fôlego para os anos seguintes. Do alto dos seus 80 anos, dialogou com uma juventude que iniciou a vida política no partido do candidato com jeitão de avô cuja vigorosa defesa do socialismo com liberdade deu início ao processo que consolidou o partido como a legenda que mais cresceu em número de filiados na década seguinte.

Em 2011, mais uma vez as mulheres defenderam o projeto estratégico do

Uma das primeiras faixas do partido: 20 anos de uma trajetória como ferramenta organizativa da classe trabalhadora, em sua diversidade de raça e gênero, contra a precarização e a extrema direita

O PSOL legalizou um programa que afirmou o socialismo com democracia como estratégia na superação do capitalismo, e a auto-organização dos trabalhadores como ferramenta

PSOL e impediram a movimentação para ingresso da empresária Rose Bassuma. Casada e integrante do grupo político liderado por Luiz Carlos Bassuma, ela era à época expressão nacional do movimento “pró-vida” que não se importa com as milhares de crianças vivendo com fome e em situação de abandono paterno ou familiar, ou com as milhares de meninas entre zero e 14 anos que têm as vidas destruídas por estupros, e advoga para tornar o aborto crime hediondo no país.

Que os debates sobre direitos das mulheres tenham atravessado tanto o PSOL, ao ponto de que a principal liderança de sua fundação tenha deixado a legenda e, por outro lado, Plínio de Arruda Sampaio, nome de expressão na Igreja Católica por toda a vida, tenha se convencido ainda quando foi candidato ao governo do estado de São Paulo, em 2006, de que o aborto é uma questão de saúde pública, não é à toa, mas revela a compreensão de que a separação entre as questões do modo de vida e a economia e a luta de classes é uma contaminação da perspectiva marxista pelos dogmas da pós-modernidade e do estalinismo. A classe tem gênero, raça, sexualidade, orientação sexual, religiosidade. E todos esses marcadores são constitutivos da subjetividade e mecanismos de apropriação pelo capital para a superexploração e produção de mais-valor. Como nos alerta Angela Davis, “é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras”.

As feministas do PSOL foram o motor da compreensão partidária sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS) e da interseccionalidade para além

dos discursos, na prática cotidiana de defesa organizada da classe em todas as suas dimensões de vida. Num país onde mais de 14 mil crianças de até 14 anos são mães anualmente (14 mil frutos de estupros, crime que em 2024 ultrapassou 87 mil registros em todas as idades — um caso a cada seis minutos), sendo que 4 em cada 10 vítimas são crianças e adolescentes negras, o aborto não é assunto de mulher. É um tema de toda a sociedade, assim como a proibição da interrupção da gravidez em qualquer caso é parte do projeto genocida. É a negação do direito de viver sem violência a uma parcela muito específica da população que segue sendo vítima dos crimes continuados do racismo e da constituição de uma economia e um ideário de Nação sobre a base da escravização. Mulheres e meninas brancas e de classe média ou alta vão seguir fazendo abortos, em condições decentes, mesmo que o procedimento seja 100% proibido. Quem vai morrer em número ainda maior são as pobres e negras.

Foi a potência da reação organizada dos oprimidos que fez o PSOL se tornar também a legenda com a maior bancada negra na história do Brasil. Ainda na sua primeira década de existência. Começando com eleição do jovem negro, gay e nordestino Jean Wyllys, em 2010, e a candidatura de Hamilton Assis à vice-presidência da República, na chapa com Plínio. Até chegar à composição que atualmente integra a coordenação da Bancada Negra na Câmara dos Deputados com Talíria Petrone na vice-coordenadoria. Foi a ação prática da negritude, que levou o PSOL a aprovar destinação específica de financiamento a candidaturas negras antes do Supremo Tribunal Federal obrigar os partidos e da Emenda Constitucional 133. Assim como a rejeitar o Pacote Anticrime de Sérgio Moro.

Nas eleições de 2014, com Luciana Genro à frente da legenda, o PSOL mais uma vez saiu fortalecido como alternativa de esquerda para a luta pela emancipação da classe trabalhadora. O combate à violência poli-



cial genocida e à criminalização dos movimentos sociais pelos governos tucanos foi destaque na campanha. Assim como a defesa da legalização do aborto e da maconha, do casamento civil homoafetivo, da taxação das grandes fortunas e da ruptura com o colonialismo da dívida pública.

E foi no esplendor de sua primeira década que o PSOL se viu diante do maior desafio de sua história, e da História do Brasil. Mesmo com polêmicas internas de setores que enxergavam a Operação Lava-Jato como uma ferramenta para a ética na política, o Partido do Socialismo com Liberdade não hesitou e esteve na linha de frente da trincheira de enfrentamento ao golpe que se gestava contra a presidenta Dilma Rousseff e a classe trabalhadora.

Desde o início, o partido sempre afirmou que a farsa do impeachment era uma tática de aprofundamento da reorganização ultraliberal do Estado brasileiro. Um golpe fruto da união de setores importantes da burguesia com expoentes do fundamentalismo

religioso neopentecostal e católico e as oligarquias regionais agrárias demofóbicas herdeiras do escravismo colonial ainda não superado por elas. Agentes movidos pela negação ao mínimo de ruptura com a histórica lógica dos privilégios nacionais que mantinha até 2015 fora da CLT o batalhão de mais de seis milhões de trabalhadoras domésticas que em sua maioria absoluta seguia trabalhando sob condições análogas à escravidão (muitas vezes em troca apenas de comida, uma cama em um cômodo, e sob a ameaça constante de sevícias, inclusive sexuais).

Sem ceder no balanço de que o caminho para o golpe foi pavimentado pela estratégia de conciliação de classes dos governos petistas, o PSOL foi a cara da resistência a Eduardo Cunha, Michel Temer e seus comparsas, na Câmara dos Deputados e nas ruas. Nas manifestações das mulheres contra a criminalização do aborto, da negritude contra a redução da maioridade penal e nos atos contra a derrubada de Dilma.

O debate sobre a defesa dos direitos das mulheres atravessou a vida partidária desde seu 2º Congresso. Na foto, mobilização em 2015, a Primavera Feminista

O PSOL se consolidou porque é produto do choque de ideias e formulações, da experiência concreta nas lutas populares e sindicais e da busca por uma inserção real, sem sectarismo mas também sem a busca de atalhos na luta de classes. Foi dos debates potentes de um partido vivo, não subjugado por figuras ou grupos, que o PSOL tirou a energia militante que o fez completar a primeira década trilhando o caminho certo da história.

E por isso, nesses 20 anos de sua legalização, aquece o coração reivindicar a trajetória e a perspectiva de futuro como ferramenta organizativa da classe trabalhadora brasileira em sua diversidade de raça e gênero, contra a precarização e a extrema direita, mantendo firmemente erguida a bandeira do socialismo com liberdade. Viva o PSOL! ■

2005-2014



TEMPOS DECISIVOS NA CONSOLIDAÇÃO DO PARTIDO



Roberto Robaina

*É membro fundador do PSOL
e vereador em Porto Alegre*

O PSOL completa 20 anos de registro oficial como uma das principais referências da esquerda brasileira e latino-americana. Nesse período, o partido avançou como ponto de convergência de lutas sociais, da juventude e de movimentos populares, defendendo um horizonte de transformação estrutural que, embora ainda genérico, segue dependendo profundamente da luta social para que tenha repercussões fortes na vida interna do partido e formate nosso perfil de modo mais claro nesta terceira década do século.

O registro oficial do partido, em 15 de setembro de 2005, consagrou institucionalmente o esforço dos agrupamentos fundadores e, mais que isso, uma experiência de combatividade e pluralidade que já se mostrava politi-

camente necessária diante dos rumos de adesão do governo Lula I aos ditames do mercado. Ao contrário do que muitos analistas supunham, não se tratou apenas de uma dissidência passageira do PT. Já nos seus primeiros e decisivos dez anos, entre a constituição, a legalização e a virada à direita na conjuntura que viria em 2014, o PSOL se afirmou como voz consequente da oposição de esquerda, denunciando os limites da conciliação de classes e apontando a urgência de um programa anticapitalista.

Assim, o partido conseguiu ser abrigo para novos e importantes companheiros oriundos do PT e de movimentos sociais de todo tipo — de direitos humanos, do sindicalismo, do movimento popular urbano e rural, da juventude, da negritude, de mulheres e LGBTQIA+. Com perfil anticapitalista, combativo e plural internamente, pudemos somar mais forças, avançar institucionalmente nas várias eleições e transcender nossa dimensão inicialmente limitada.

Em 2006, a candidatura de Heloísa

Helena à Presidência da República já havia projetado o PSOL nacionalmente, com quase 6,6 milhões de votos. Mas nossa afirmação de perfil e crescimento institucional, com participação nas grandes batalhas daquele período, teve outros momentos de destaque. Um exemplo foi o crescimento no Rio de Janeiro, graças à chegada de Chico Alencar, Milton Temer, Eliomar Coelho e da adesão ao projeto do então jovem defensor dos direitos humanos e da população carcerária, Marcelo Freixo. Eleito deputado estadual em 2006, Freixo se destacou como protagonista de denúncias e chamado à luta contra as milícias, presidindo a histórica CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em 2008, o que lhe deu projeção nacional.

No Rio Grande do Sul, a presença de Luciana Genro foi igualmente importante para a construção e projeção do partido. Fundadora da sigla e liderança reconhecida pela coerência de sua trajetória, conquistou cerca de 9% dos votos na eleição para a prefeitura de Porto Alegre em 2008. Naquela ocasião, numa frente de esquerda com o PCB e o PSTU, o partido obteve 5,7% do total de votos para prefeito em Fortaleza, com a candidatura de Renato Roseno (hoje deputado estadual no Ceará), Chico Alencar ficou com 1,8% no Rio e Hilton Coelho com 3% dos votos em Salvador.

Em 2010, nossa bancada federal eleita era de três deputados: Ivan Valente (SP), Chico Alencar e Jean Wyllys (RJ). Em 2012, com a “primavera carioca” de Freixo candidato a prefeito, o PSOL obteve 28% dos votos válidos para o executivo municipal e elegeu quatro vereadores. Em Porto Alegre, o partido emplacou dois vereadores: Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, hoje deputada federal das mais combativas.

Ventos reacionários

O agravamento da crise econômico-financeira internacional levou o capital financeiro e os conglomerados econômicos a aumentarem brutal-

Com perfil combativo e plural, o PSOL se fortaleceu com a soma de forças e cresceu nos parlamentos

mente as pressões sobre os governos de Dilma Rousseff, que produziu sucessivos ajustes. No segundo mandato de Dilma, a nomeação de Joaquim Levy — ex-diretor do Bradesco — para o Ministério da Fazenda corroeu a base social da vitória de 2014. Apesar dos avanços pontuais no combate à fome e na inclusão da juventude trabalhadora negra nas universidades, os governos petistas não tinham superado (como não superaram até hoje) a conciliação de classes.

O impeachment de Dilma entre 2015 e 2016 faria o processo de experiência popular com o PT retroceder e o próprio espaço do PSOL se reduzir, dando lugar ao crescimento da extrema direita, que já começara a mostrar força nos atos e marchas de 2014 e 2015. O governo de Temer, com suas contrarreformas trabalhista e previdenciária, preparou o terreno para a ascensão do autoritário Bolsonaro. Apesar de nadar contra a corrente, o PSOL avançou e conquistou em 2014 — ano da campanha a presidente de Luciana Genro — uma bancada de cinco deputados. Em 2018, ano da trágica vitória de Bolsonaro, a bancada federal do partido saltou para 10, com dezenas de parlamentares estaduais e municipais, incorporando pautas da juventude e dos movimentos sociais.

A necessidade da unidade contra Bolsonaro passou a orientar a intervenção do partido. O PSOL manteve enraizamento em lutas sociais diversas, como as ocupações urbanas do MTST, nas lutas das universidades, em sindicatos combativos, em coletivos culturais das periferias, movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIA+, ambientalistas e indígenas. O partido também construiu relações com organizações de esquerda na América Latina e no mundo. Mas o perfil político anticapitalista e de combatividade do PSOL ficou empalidecido, pois uma ala da liderança compreendeu erroneamente que a necessária unidade antifascista nas lutas e nos parlamentos, devido à conjuntura desfavorável, impunha também diluir nosso DNA antissistêmico.

Nosso crescimento institucional trouxe novos e importantes desafios. O PSOL segue com baixa representação orgânica junto aos setores mais organizados da classe trabalhadora, sobretudo nas fábricas e polos industriais, e tem inserção ainda pequena em cidades médias e pequenas, o que limita seu alcance no país. Sofre também a pressão dos privilégios trazidos pelo aumento significativo dos fundos eleitoral e partidários, numa acomodação que é favorecida pela ausência de contrapesos internos que poderiam nos dar uma vida orgânica mais militante e democrática, em que a deliberação da base pudesse influenciar mais diretamente os rumos do partido. Nesse contexto, proliferam,



© Periferia em Movimento

O PSOL precisa escolher seu caminho: não basta crescer institucionalmente; é preciso enraizar-se nos setores mais explorados e ligar-se às suas lutas

como se fossem novidade, teses e propostas reformistas — que sugere ser necessário e útil deixar o socialismo para os dias de festa.

O PSOL precisa decidir qual será seu caminho. Não basta crescer institucionalmente: será necessário ligar-se de forma concreta e orgânica aos setores mais explorados da classe trabalhadora e às suas lutas cotidianas. Só assim poderá deixar de ser apenas uma referência entre outras e se tornar, de fato, uma alternativa capaz de disputar o futuro do país com um projeto socialista, ecológico, antirracista, feminista — numa palavra: emancipador. Nossa orientação deve ser, sim, a da unidade antifascista, mas sem que renunciemos às reivindicações do povo trabalhador

e da mobilização social como método de luta central.

Em tempo: o “caso” de Marcelo Freixo, hoje no PT e presidente da Embratur, vale a reflexão. Freixo perdeu sua capacidade de liderança, entre outras razões, porque suas ambições eleitorais acabaram falando mais alto. Ao buscar viabilizar candidaturas majoritárias, aceitou compromissos com setores reformistas e inclusive burgueses, o que diluiu seu perfil combativo, enfraqueceu sua referência e o afastou do PSOL. Tornou-se uma figura menor no cenário político do Rio de Janeiro. A trajetória serve também como alerta sobre os riscos da adaptação institucional para um partido que pretende ser uma alternativa socialista. ■

Um dos maiores desafios do partido é mais que atrair votos das periferias: é enraizar-se no cotidiano e nas lutas dos e das trabalhadoras.



O LEGADO DE PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO NO PSOL

Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014) destacava-se entre os companheiros que chegaram do PT em 2005. Doou de coração sua experiência, tradição e dinamismo a um partido jovem



Fernando Silva (Tostão)

Jornalista, fundador do PSOL e integrante do Comitê Nacional da Campanha Plínio Presidente



Plínio veio ao PSOL no final de 2005, após a crise do mensalão no PT, junto com centenas de outros militantes, correntes, dissidências de correntes, parlamentares, lideranças sindicais e populares que procuravam um novo caminho para a esquerda brasileira.

Mas com todo respeito, e é muito, aos demais valorosos e valorosas companheiras e companheiros que aderiram ao PSOL na ocasião, Plínio se destacava, não era mais um. Sua trajetória na história política nacional — um católico progressista que aderiu com entusiasmo às ideias de esquerda e socialistas, seu exílio no Chile, seu papel na ONU junto a FAO, seu legado na luta pela reforma agrária no Brasil, seu engajamento na formação do PT, sua contribuição intelectual e seu compromisso ético impecável — o tornaram um militante completo, uma reserva moral da esquerda brasileira.

Por essas razões, sua vinda ao PSOL foi uma vitória extraordinária para o jovem partido recém-nascido. Para mim em particular foi o início de uma convivência extraordinária, de muitos aprendizados.

Lembro ainda vividamente, quando estávamos no saguão do aeroporto Santos Dumont, aguardando o embarque de volta a São Paulo após uma reunião do Diretório Nacional no final do mesmo ano de 2005. Plínio já estava preocupado com o debate estratégico no PSOL, refletindo sobre a necessidade de construir um ambiente de debate que superasse os vícios e erros do PT, bem como seu programa. Pontuava também a necessidade de retomar a prática do trabalho de base.

E a partir de então colocou-se à disposição do partido, arregaçou as mangas e iniciou uma nova etapa na sua vida militante como figura pública, intelectual lutadormilitante, polemista e elaborador.

Acertando as contas com o passado Plínio engajou-se com paixão e fraternidade nos debates internos do PSOL. No 1º Congresso do parti-

do (2007) foi o porta-voz da posição pela superação dos vícios do velho Programa Democrático Popular e das ilusões de que seria por dentro do Estado ou em aliança com algum setor da classe dominante que se colocaria em marcha as mudanças transformadoras para uma revolução brasileira.

Quando no PT, Plínio foi defensor por décadas e contribuiu para formular o Programa Democrático Popular. Pela sua própria experiência militante e pela sua própria cabeça não dogmática, o velho Plínio chegou à conclusão de que era necessário um novo projeto para a esquerda socialista, na verdade, um novo projeto para o Brasil, capaz de romper com as amarras da desigualdade social e abrir as portas para uma verdadeira transformação que fosse além do que, por exemplo, André Singer chamou de “reformismo fraco” dos dois primeiros governos Lula.

Plínio enxergou no PSOL uma ferramenta de um projeto socialista, na superação de velhos reformismos

Foi exatamente com esse propósito que Plínio colocou-se à disposição do partido para ser um divulgador público desse novo partido e das suas novas ideias. Suas candidaturas a governador em 2006 e a presidente da República em 2010 tiveram o sentido de afirmar uma nova posição de esquerda na sociedade, que não se contentava com o velho jogo institucional burguês e nem com que a classe trabalhadora e os setores mais pobres e precarizados da população estivessem condenados a se contentar com poucas e frágeis reformas e políticas públicas, que não colocavam em xeque a brutal desigualdade social brasileira

Cumpriu com altivez e maestria essa tarefa em especial nas eleições

de 2010, quando sua campanha dialogou fortemente com a juventude e quando demonstrou enorme talento para construir posições e expressar a opinião média do partido mesmo em temas que não tinha concordância.

Um mensageiro para o futuro

Plínio faleceu em 2014, uma perda inestimável, foi um daqueles insubstituíveis. Particularmente, tenho muitas saudades da convivência partidária e pessoal daqueles anos.

Se engana quem vê Plínio de Arruda Sampaio como um protagonista de antigos debates ou de uma velha esquerda. Plínio foi e é uma referência de uma esquerda socialista para os novos tempos. Não foi por acaso algum sua adesão ao PSOL, um partido que naquele então ninguém sabia direito se iria muito longe.

Plínio enxergou ali uma ferramenta política para formular um projeto socialista para o futuro, na busca da superação dos velhos reformismos, no diálogo intenso com as novas gerações e com as demandas dos setores mais oprimidos, com a sua insistência para que pensássemos fora das velhas caixas, cansou de alertar que a governabilidade do PT iria nos deixar reféns da classe dominante e suas manobras (eis que dois anos após sua morte veio o golpe parlamentar de 2016).

A atual inserção do PSOL nos debates de uma nova reorganização da esquerda Brasileira, da busca de um novo projeto de socialismo para o século XXI, dos avanços da inserção social e popular do partido nos últimos anos são parte do legado, de busca de novos caminhos, deixado pelo velho Plínio.

A essência dos seus embates, da sua autêntica pedagogia socialista era para o futuro, para a revolução que pode tardar mas não deixará de vir. E optou por fazer isso sempre da forma mais coletiva possível, pois, para mim, antes de tudo Plínio foi um militante de partido e, no nosso caso, uma componente estruturante do que é o PSOL hoje. ■

OUSADIA, RESISTÊNCIA E RENOVAÇÃO DA ESQUERDA



**Áurea Augusta
Rodrigues da Mata**

*É membro do Diretório
Nacional e do Setorial
Nacional de Mulheres*



Juliano Medeiros

*Foi presidente nacional do
PSOL de 2017 a 2024*

Em duas décadas após o registro oficial, o PSOL cresceu, amadureceu e atuou de forma destacada em importantes acontecimentos da história recente de nosso país, consolidando-se como um partido fundamental para a renovação das ideias de esquerda e em uma força política com a ousadia e a disposição de disputar ativamente a hegemonia na sociedade brasileira enquanto uma alternativa de esquerda, combativa, socialista e democrática para milhares de lutadoras e lutadores sociais.

Ao mesmo tempo, nos últimos dez anos de nossa existência, o Brasil e o mundo passaram por profundas mudanças, impulsionadas pela aceleração das transformações do sistema capitalista. A reestruturação produtiva, combinada com as inovações tecnológicas, atingiu indústria e serviços, levando à plataforma, uberização, pejetização e outros mecanismos que, em resumo, determinam a precarização do mundo do trabalho, com enormes consequências na organicidade social e no processo político, com a drástica redução de vínculos coletivos e de compartilhamento de identidades, o que favoreceu o acesso direto e individualizado a novas formas de sociabilidade, muitas através do ambiente digital controlado por poucas big techs. A percepção do Estado como garantidor de direitos é substituída por uma percepção que

o vê como algo que atrapalha, que só controla, cobra e pune.

Do ponto de vista das lutas de resistência, até meados da segunda década do Século XXI, vimos movimentos contra o avanço do neoliberalismo e da globalização, como protestos contra a OMC em Seattle, o movimento Occupy e o Fórum Social Mundial, ao lado de manifestações como as revoltas no mundo árabe, o movimento dos “indignados” na Espanha e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, cujas características foram a heterogeneidade e ausência de lideranças e de projetos políticos definidos, havendo o questionamento aos limites da democracia liberal, bem como a permanente disputa de hegemonia entre a esquerda e a extrema-direita. Esse era o cenário do que estava em jogo no ciclo político que se iniciou com a crise de 2008. Foi nesse contexto que a extrema-direita saiu de um longo ostracismo e voltou a ter protagonismo e a vencer eleições com ideias radicais, retórica antissistema e a disseminação de ódio, ocupando o vácuo deixado pelos setores neoliberais “clássicos” e também pela ausência de alternativas globais à esquerda.

Nos últimos dez anos, a resistência popular continuou, como os levantes estudantis no México e Estados Unidos, os movimentos de contestação



à ordem na Colômbia e Equador, o “Fora Cunha” e o “Ele não”, protagonizados por mulheres no Brasil, o levante feminista na Argentina, os coletes amarelos na França e a explosão social de 2019 no Chile. Porém, a extrema-direita passou a ser uma alternativa real de poder, com enraizamento social e eleitoral, vencendo eleições, como no Brasil e nos Estados Unidos. Foi também nesse período que a gravidade da crise climática se revelou em toda a sua plenitude. A ameaça existencial representada pelas mudanças climáticas adiciona um ingrediente decisivo para uma etapa histórica marcada ainda mais pela insegurança, o medo, o individualismo e o negacionismo científico.

O PSOL soube fazer a leitura desses momentos difíceis da história recente do Brasil e do mundo. Mesmo com críticas às gestões petistas no período 2003-2016, identificamos corretamente a “virada de chave” do ascenso das forças conservadoras. Foi assim na denúncia do golpe contra Dilma, na participação na campanha pela liberdade de Lula, no enfrentamento à criminalização da política promovida pela Lava Jato, na construção da resistência a Bolsonaro e na decisão histórica de participação na frente eleitoral que venceu as eleições presidenciais de 2022. Em síntese, compreendemos que a luta política no Brasil, como no mundo, havia mudado radicalmente. De um governo pe-

Com leitura correta sobre o país e o mundo, o PSOL conectou-se com o melhor dos movimentos feminista, negro, LBTQIA+ e ambiental

tista que havia derrotado o PSDB e tinha como sua oposição mais à direita siglas como PFL/DEM, o país chegou a ser governado por um fascista e tem hoje uma oposição de extrema-direita com densidade eleitoral.

Hoje, estamos na base parlamentar do governo, mas demarcamos nossas posições nos momentos em que isso se faz necessário, como no lançamento de candidatura própria à presidência da Câmara contra Arthur

Nos conectamos com o melhor das lutas antirracista, feminista, ambiental, sindical, estudantil, LGBT e por direitos humanos no Brasil” “Acertamos em identificar a “virada de chave” do avanço das forças conservadoras. Entendemos a etapa de ameaça existencial, com crise climática, medo, individualismo e negacionismo científico”

Lira e Hugo Mota, e votando contra o arcabouço fiscal, pois sabemos que o pacto de governabilidade expresso em torno das regras fiscais mal garante os gastos sociais compensatórios e impede maior protagonismo do Estado na ampliação de investimentos. Também temos sido contrários à proposta de exploração de petróleo na Foz do Amazonas e cobramos um posicionamento firme do governo diante do genocídio promovido por Israel na Faixa de Gaza.

O PSOL cresceu muito politicamente. A chegada, em 2016, de militantes vindos do PSTU e, logo depois, em 2017, de Guilherme Boulos e diversas lideranças do MTST, contribuiu enormemente para nosso enraizamento e qualidade política. A chapa presidencial Boulos-Sônia Guajajara, em 2018, foi uma demonstração de nossa capacidade de diálogo com movimentos sociais reais e de formulação de um projeto político para o Brasil a partir de uma visão compartilhada entre partido político e segmentos sociais efetivamente em luta.

O PSOL se conectou ao que há de melhor na luta popular antirracista, feminista, ambientalista, sindical, estudantil, antilgbtqifóbica e por direitos humanos no Brasil. Atuamos com combatividade em temas centrais como o combate à crise climática, a defesa dos direitos humanos, uma radical democratização do Estado e suas instituições — passando pela condenação e prisão de Bolsonaro e todos os golpistas —, dentre outras lutas. Respeitando a autonomia e especificidades dos movimentos, temos conseguido encadear as mais diversas reivindicações numa plataforma política — como *O Direito ao Futuro*, em 2022 — que nos orienta na luta anticapitalista cotidiana e também para a disputa de projetos de sociedade. Obviamente, há muito o que avançar, em especial nos segmentos mais precarizados da classe trabalhadora, nas favelas e periferias dos centros urbanos, no Norte e Nordeste, nas diferentes realidades do interior do país, e nas suas diversidades regionais.

© Mídia Ninja



Outro elemento característico desses últimos dez anos do PSOL foi o crescimento numérico e qualitativo de nossas bancadas parlamentares, com diversidade de perfis, de frentes de luta, mas com reconhecida combatividade e sempre se destacando na ação parlamentar em conexão com sua base social. Nesse aspecto, destaca-se o expressivo número de mulheres eleitas. Certamente, as eleições municipais de 2016 foram um marco histórico com a eleição, entre outros e outras, de Marielle Franco (com votação expressiva) no Rio de Janeiro. O PSOL, pela ação de sua militância, foi



o espaço político-partidário em que desaguarão fortes representações das lutas das mulheres e, em especial, de mulheres negras — o que seria confirmado em 2018 com a conquista de mandatos federais por diversas companheiras, além da eleição de outras mulheres negras, desde 2018 até hoje e, mais recentemente, com protagonismo de mulheres trans, onde se destaca Erika Hilton.

O PSOL cresceu, em uma década, de três para 14 deputados e deputadas na Câmara dos Deputados. Pulou de 120 mil para mais de 330 mil filiados. Elegeu seus primeiros

prefeitos de capital em Macapá e Belém e tem quadros de ponta no ministério do presidente Lula. Fez isso sem se vender ou se render; sem renunciar a sua identidade ou de suas bandeiras; sem deixar de reivindicar uma esquerda renovada, anticapitalista e de luta; sem abandonar suas causas ou se imiscuir no jogo da velha política marcada pelo fisiologismo e pela corrupção. Ainda não somos o maior partido do Brasil. Mas somos certamente o mais diverso, representativo e combativo. Um orgulho para todos e todas que constroem o PSOL. ■

Mobilização pelo "Fora, Temer", em São Paulo, 2017. Mesmo na virada à direita da situação, o partido não renunciou à sua identidade nem às suas bandeiras, reivindicando uma esquerda renovada, anticapitalista e de luta

DOS PROBLEMAS NO PARAÍSO ÀS PORTAS DO INFERNO

O PSOL foi vanguarda em enfrentar o fenômeno do neofascismo. Lutamos contra o golpe à presidente Dilma e na campanha contra a prisão de Lula. Para entender como passamos de problemas no paraíso, como sentenciou Žižek, para as portas do inferno, com Bolsonaro, é preciso que nos debrucemos sobre três temas: (1) o significado e balanço de 2013; (2) os limites do progressismo; (3) o neofascismo como resposta do capital em crise: um regime que se apoia na nova e sofisticada ação colonizadora do imperialismo em decadência, as big techs.

2013, o ano que não terminou

Em meados daquele ano, eu estava esperando uma reunião em São Paulo em que discutiríamos a mobilização que o Movimento Passe Livre estava convocando para a capital paulista. Um amigo que acompanhava a adesão ao evento nas redes, começou a nos informar: “já são mais de 5 mil pessoas que comparecerão”. Em seguida: já são 8 mil, 10 mil, 30 mil. Quando terminamos a reunião, já eram mais de 100 mil. Assim começavam as Jornadas de Junho.

O que aconteceu depois todos acompanhamos. Mas a interpretação dos fatos ocorridos não foi unívoca. A maior parte dos dirigentes petistas viu nas mobilizações uma grande articulação da direita. Ficaram famosas as teses das “revoluções coloridas”, ou seja, de que o imperialismo teria apoiado as



Berna Menezes

Fundadora do partido, foi dirigente sindical e vereadora em Porto Alegre. É membro da Executiva Nacional

“Problemas no inferno parecem compreensíveis — sabemos por que as pessoas estão protestando na Grécia ou na Espanha —, mas por que é que há problemas no paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia e o Brasil?”

Slavoj Žižek

mobilizações para alcançar seus objetivos. Mas não foi essa a gênese do movimento no Brasil. Aqui, as Jornadas de 2013 nasceram de demandas reais e concretas.

A forte repressão por parte dos governos ajudou a massificar as manifestações. No decorrer do processo, a condução dos atos foi disputada por setores conservadores no interior do movimento. O erro fundamental, contudo, foi o abandono das ruas e mobilizações. Foi esquecer a luta de classes em favor dos acordos “por cima”, que funcionaram muito bem em períodos de bonança, mas se mostraram desastrosas para enfrentar a crise. Greves por reivindicações justas de trabalhadores se transformaram em “inimigas” da esquerda no governo, acusadas de fazer “onda” para a direita golpista.

Mas o que foram aquelas mobilizações (Primavera Árabe, Indignados na Espanha, Occupy Wall Street etc)

iniciadas em 2011 e que, no Brasil, se iniciaram dois anos depois? Foram tempos de uma primeira grande resposta dos povos oprimidos no mundo contra os efeitos do neoliberalismo, da crise estrutural capitalista que veio da periferia para o centro e chegou ao seu coração, o imperialismo norte-americano. Foi uma reação às grandes transformações no mundo do trabalho, apoiada nas novas formas de comunicação. Teve como traços fundamentais a ausência de direção nacional e, sobretudo, internacional. Respondiam todas a questões muito concretas, mas expressavam um desconforto, uma indignação, com os rumos em geral impostos pela crise em suas vidas. No

O petismo respondeu à explosão social de 2013 de maneira errática e a pior possível. Na foto, o junho brasileiro

Brasil, a palavra de ordem “Não é só por 20 centavos” expressou isso.

A revolta não se iniciou contra o governo petista de Dilma Rousseff. A maioria dos participantes havia, inclusive, votado nela. Segundo a Folha de S. Paulo, das 200 frases mais presentes nos cartazes dos manifestantes, apenas cinco se referiam ao governo. Nenhuma dizia “Fora Dilma”, ou era agressiva a seu governo. Praticamente todas exigiam mais e melhores serviços públicos de transporte, saúde e educação. Questionavam também o modelo representativo, queriam mais espaços de participação.

A resposta do petismo foi errática e a pior possível. Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, foi à TV ao lado do então governador Geraldo Alckmin (responsável pela brutal repressão ao movimento) dizer que era impossível retirar o aumento de 20 centavos — quando o aumento já estava sendo derrubado na maior parte das cidades do país, o que acabaria ocorrendo também em SP. Além de mostrar uma unidade de adversários históricos como

o PT e o PSDB contra o movimento e o povo mais carente, isso aumentou a descrença no regime representativo.

Dilma chegou a propor um conjunto de iniciativas. Mas os manifestantes não se viram contemplados pelas propostas. A forte repressão, apoiada pelo governo federal, ajudou a massificar as manifestações. No decorrer do processo, a condução dos atos foi disputada por setores conservadores no interior do movimento. A direita tradicional, por meio da mídia corporativa, foi de início contra as manifestações, classificando-as como baderneiras e radicais. Mas mudou de posição e passou a apoiá-las, ao ver o desgaste das lideranças petistas, calculando ser aquele o caminho para reverter o apoio popular ao lulismo. Nas mobilizações de São Paulo, já estava presente a direita mais radicalizada, até violenta, principalmente contra a presença de partidos e sindicatos — que, em geral, era um ponto de unidade com os manifestantes.

Com a ajuda das big techs, por meio das redes sociais — que eram

o espaço de articulação dos manifestantes —, a direita radical começou a “sequestrar” o movimento. A ausência de resposta política do governo petista às reivindicações foi a gota d’água. Aí começa a mudança na correlação de forças que levaria ao impeachment de Dilma, ao governo golpista de Michel Temer, à prisão de Lula e à vitória de Jair Bolsonaro.

Os limites do progressismo

No final da década de 1990 e início do novo século, o descontentamento das populações de nosso continente com a forma de exploração do modelo neoliberal — imposição de miséria ao povo e saque de nossas riquezas naturais —, levou à eleição, em vários países, de governos vistos como de esquerda, reformistas, no que ficou conhecido onda progressista ou “onda rosa”. São dessa época Hugo Chávez na Venezuela (1999–2013), Lula no Brasil (2003–2010), Néstor Kirchner na Argentina (2003–2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2005–2010), Evo Morales na Bolívia (2006–2019), Rafael Correa no Equador (2007–2017) e Fernando Lugo no Paraguai (2008–2012).

Apesar de terem tomado medidas de combate à fome e ao desemprego, enfrentamento ao analfabetismo e, em alguns casos, buscado ampliar a soberania, a maioria desses governos deixou passar a oportunidade de se valer do descontentamento da população e sua organização para conquistar a resolução real dos seus problemas. Faltou um programa que desse substância à democracia, que não se limitasse ao voto a cada dois anos. A luta por uma segunda independência nacional e por soberania também ficou pelo meio do caminho. E o que não avança, retrocede.

Assim, ainda que o povo brasileiro tenha tido a generosidade de reeleger Dilma, por uma pequena margem de 3%, a saída dada pelo quarto governo petista, mesmo com dados econômicos positivos em dezembro de 2014, foi um giro à direita. Em janeiro de 2015, Dilma dá um cavalo de pau e



© Acervo FLCMF

O retorno ou atualização do fascismo é parte da política de um imperialismo em crise, em disputa pela hegemonia com a China

indica um representante do mercado financeiro, Joaquim Levy, para o Ministério da Fazenda. Abandona o discurso desenvolvimentista e inclusivo em favor de uma política ultraliberal. O desgaste do governo aumenta e as greves proliferam. A oposição toma as ruas pedindo impeachment. Os atos contra o golpe, mesmo sendo massivos, se atrasaram. Dilma sofreu impeachment em agosto de 2016, deixando em seu lugar Michel Temer, o perjuro, que foi parte ativa do golpe.

Golpes, intervenções na política interna dos países e espionagens foram a prática do imperialismo contra os governos progressistas. No Brasil, a Operação Lava Jato foi um exemplo dessa orientação. E as limitações das respostas desses governos diante da crise abriram espaço para uma contraofensiva. Com o aprofundamento da crise internacional, as ações de desestabilização se tornaram insuficientes. Uma nova onda de governos reformistas, já na terceira década do século, obrigou o imperialismo a lançar mão do que conhecemos hoje como neofascismo. Essa havia sido a resposta dos países do Eixo diante da crise econômica de 1929, e agora chegava à Casa Branca, com a primeira vitória de Donald Trump (2016).

Nosso partido teve participação ativa nas mobilizações, enfrentou o crescimento da direita no interior das manifestações, soube se posicionar com uma política correta diante desses fatos e capitalizou setores importantes da juventude, do movimento dos sem-teto, movimento negro e LGBTQIA+. Mas, pelo nosso tamanho e inserção social, era difícil ocupar um espaço mais amplo.

Às portas do inferno

A vitória de Bolsonaro em 2018 foi, em larga medida, uma surpresa. Ela surgiu da decadência econômico-política de anos de neoliberalismo combinada com a necessidade do capital em aprofundar o modelo de concentração de renda, riqueza e patrimônio, e de destruir tudo o que é público. Mas era também uma resposta,

pela extrema direita, às profundas transformações no mundo do trabalho e às novas tecnologias. Bolsonaro no poder foi resultado de uma aliança do agronegócio, do conservadorismo evangélico, de setores militares, policiais e milícias, mobilizados com apoio das big techs.

A bancada BBB — do boi, da bala e da bíblia — já era uma expressão desse processo, que se aprofundou.

O PSDB se esfumou, o PT encolheu e o neofascismo assumiu e aprofundou o ataque ao povo pobre e trabalhador. Se com Temer veio o teto de gastos, a PEC do fim do mundo, a contrarreforma do ensino médio (em seu primeiro ensaio) e todas as medidas de aumento da exploração, com Bolsonaro abriram-se as portas do



inferno. Vieram a reforma trabalhista, o negacionismo científico, 700 mil mortos na pandemia de Covid-19, a entrega de Alcântara para os norte-americanos, o desmonte da Petrobras, o avanço do reacionarismo nos costumes, a porteira aberta à destruição do meio-ambiente.

No meu livro com Mário Azeredo, *Rússia x Ucrânia, pelo fim da OTAN* (2022), fizemos uma periodização leninista de etapas na época imperialista. Levantamos a hipótese de que a crise estrutural aberta pelo crash de 2008 teria inaugurado uma transição para uma nova etapa imperialista, com a contaminação de todo o mundo pela crise de 2008, pelos impactos do aquecimento global e pandêmico na economia, pela guerra da Ucrânia e

pelas mudanças no padrão monetário internacional. Mas alertamos que essa mudança estava por se confirmar, pois não estava descartada a eclosão de um novo conflito internacional.

O retorno — ou atualização — do fascismo é parte da política do imperialismo em crise e da etapa de disputa de hegemonia geopolítica entre EUA e China. Nessa disputa, o Brasil, por seu papel como articulador, ocupando este ano a Presidência dos BRICS, tem sofrido ataques, como o tarifaço e até ameaças de agressão militar. O imperialismo volta a se preocupar com seu “pátio traseiro”, como indica, ainda, sua ameaçadora presença nas imediações do litoral venezuelano.

Para enfrentar o neofascismo, que

põe em xeque qualquer perspectiva de projeto pela esquerda (mesmo as timidamente reformistas), o PSOL deve combater as políticas neoliberais que alimentam esse monstro. Derrotar o arcabouço (ou calabouço) fiscal, a Reforma Administrativa em gestação, a política de juros do Banco Central, e defender nossa classe e nosso povo por meio de reformas estruturais, que apontem para a defesa de um Brasil soberano, rumo à superação do capitalismo. ■

Com Bolsonaro no poder, o país enfrentou o pesadelo do negacionismo, das mentiras sobre vacinas, das 700 mil mortes evitáveis



NA TRAVESSIA DE UMA DÉCADA EXTRAORDINÁRIA



Alessandra Freitas

*Direção Nacional PSOL e militante
Ecossocialista/Subverta*



Carlos Bittencourt

Coordenação Nacional do Subverta

Dez anos que pareceram um século. Uma década em que o Brasil foi atravessado por diversos abismos: o golpe contra Dilma, a execução de Marielle, a prisão política de Lula, a vitória de Bolsonaro, a pandemia e o negacionismo que ceifaram 700 mil vidas, e, por fim, o reencontro do país com a justiça e a esperança. Essa não foi apenas uma travessia institucional, foi histórica, existencial, cultural e moral. E não dá pra contar essa história sem incluir o PSOL.

Não foi fácil manter a bússola apon-tada para o caminho certo. De um lado, oportunistas abandonaram o barco da esquerda, como ratos em um navio que afunda. De outro, os esquerdistas pensavam que se iniciava a superação do PT pela esquerda, em um delírio. O PSOL soube entender que o que emergia nesse cenário era a dilapidação dos direitos sociais, a volta da fome como projeto, a deterioração da democracia, o neofascismo. Por isso, não vacilou diante do golpe e se recusou a normalizar a perseguição judicial contra Lula. A perda da nossa companheira de partido Marielle Franco em uma execução política levada a cabo por agentes e ex-agentes do Estado deixou muito nítido que era a barbárie que nos espreitava. Nas horas mais sombrias da História recente

o PSOL escolheu permanecer do lado certo, escolheu apostar na coerência e na responsabilidade.

Resistir, no entanto, não significou recuar. Durante essa década extraordinária, o PSOL foi se transformando no principal polo de renovação da esquerda brasileira. Foi quando o partido abriu suas portas e seus horizontes. A entrada dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) simbolizou o encontro das ruas e dos territórios com a política socialista. Essas adesões pintaram ainda mais o PSOL de povo. Quando Guilherme Boulos e Sônia Guajajara foram candidatos à presidência em 2018, o PSOL levou para o centro do debate uma proposta radicalmente democrática, popular e ecológica, uma visão de país enraizada no chão e projetada no futuro.

Vieram tempos de perseguição, fake news e ódio político. Mas o PSOL atravessou esses anos com a força de quem não negocia princípios. Enquanto o bolsonarismo promovia destruição ambiental, negacionismo científico e ataque aos direitos sociais, o PSOL esteve na linha de frente da oposição. Defendeu a vida quando o governo escolheu a morte, denunciou os crimes da pandemia,

PSOL participou da organização e pôs militância em todos os atos de resistência dos anos Temer e Bolsonaro

exigiu vacina, auxílio emergencial e dignidade para o povo. Não foi um partido de conveniência, mas de consciência e consistência. Mobilizou as ruas, se agigantou no Congresso, nas redes e nas periferias com políticas de solidariedade.

Crescemos nas urnas, nas redes e nas ruas. Nossa bancada federal se multiplicou, consolidando lideranças que se tornaram vozes indispensáveis da política brasileira. Na Câmara dos Deputados, nossos acertos políticos se transformaram em crescimento. Se em 2014, o PSOL elegeu apenas 5 deputadas/os, em 2018, dobrou a bancada, alcançando 10 parlamentares. Em 2022, batemos esse recorde, com 12, dentro da federação PSOL-Rede que totalizou 15 cadeiras, após correção judicial no Amapá. Um salto que traduz a passagem da margem para o centro do debate nacional. Na prática, a bancada do PSOL, hoje liderada por Talíria Petrone, tornou-se voz de uma época, ancorada em territórios e lutas concretas. O avanço também transbordou para as Assembleias Legislativas: em 2022, o PSOL elegeu 22 deputados estaduais (a federação PSOL-Rede, 28), consolidando uma geração que trouxe para dentro do parlamento as pautas das periferias, das mulheres negras, dos povos indígenas e da juventude indignada.

Quando precisamos reconstruir o Brasil, o PSOL compreendeu seu papel histórico. Em 2022, foi o primeiro partido a declarar apoio a Lula desde o primeiro turno, ajudando a construir a unidade que derrotou o bolsonarismo. A coerência que parecia teimosia nos anos de golpe se revelou sabedoria no tempo da reconstrução. Vencemos! Por pouco, mas vencemos. Abrimos um novo capítulo na história do país e esse capítulo deveria se chamar REDENÇÃO. Lula saiu da prisão, inocentado,



para reassumir o cargo de presidente. O povo subiu a rampa do Planalto representado em sua diversidade.

É verdade que não tivemos uma vitória definitiva. De um lado, a extrema-direita se mantém organizada e ainda mais raivosa e perigosa; de outro, os ecos do neoliberalismo ainda inviabilizam um projeto de país justo e sustentável. Mesmo assim, conseguimos avanços importantes em diversas frentes: saímos do mapa da fome, reduzimos o desemprego ao menor nível da história, aumentamos a renda dos trabalhadores, reduzimos o desmatamento, isentamos aqueles que ganham até 5 mil reais e reduzimos o Imposto de Renda dos que ganham até 7,3 mil reais, aumentamos o imposto sobre as altas rendas. Ao mesmo tempo que o governo passou a defender a luta pela redução da jornada 6x1 e a tarifa zero nos transportes.

A vitória de Lula ganhou dimensão estratégica diante dos planos de Donald Trump de impor ao mundo uma nova ordem global subordinada ao imperialismo estadunidense. Nosso governo soube reagir com a altivez necessária diante do tarifaço e ao mesmo tempo desmoralizar os falsos patriotas que se aliaram ao inimigo estrangeiro contra o Brasil. Ao lado disso, o governo denunciou o genocídio em curso em Gaza como o símbolo maior da barbárie que espreita nossa época.

Devemos seguir lutando para que o resultado desse amplo arco narrativo, do abismo à redenção, possa representar um reencontro do Brasil consigo mesmo. As pesquisas demonstram, e o governo já entendeu que a defesa das causas populares, da democracia e da soberania são a chave para o apoio do povo que será fundamental para enterrar de vez o neofascismo. O momento atual representa uma aproximação das teses do campo democrático e popular com aquelas que já vinham sendo defendidas pelo PSOL. Estamos diante de algo que nunca ocorreu antes, a orientação política do PSOL passa a ter uma predominância na orientação

política da esquerda como um todo. Taxação dos super ricos, direitos para os trabalhadores de aplicativos, tarifa zero e fim da jornada 6x1 são bandeiras que o PSOL não abaixou e que agora são erguidas por aqueles que priorizavam as mediações políticas em nome da governabilidade.

O PSOL tornou-se maior, mais plural, mais maduro e pronto para disputar os rumos do país. A década extraordinária não foi apenas uma série de acontecimentos, foi uma provação. E o partido passou por ela reafirmando o que sempre acreditou: que é possível fazer política com princípios e radicalidade, sem se render ao sistema, sem perder a dimensão anticapitalista. Mais do que isso, o PSOL se tornou a maior referência nacional de

O PSOL atravessou os anos Bolsonaro com a força de quem não negocia princípios: estivemos na linha de frente da oposição



um socialismo de novo tipo, o ecosocialismo, com centralidade em seu novo programa para a emergência climática. O contraste entre as duas vezes que Talíria Petrone liderou nossa bancada federal revelam o desenvolvimento do partido, na primeira vez como resistência, na segunda como alternativa, como potência.

O golpe, o assassinato de Marielle, a vitória de Bolsonaro e a pandemia pareciam nos jogar num abismo sem saída. Enfrentar essa página infeliz de nossa história, sem deixar de sonhar e acreditar no Brasil, nos tirou desse buraco. Hoje, quando olhamos para trás, vemos que resistir foi mais que sobreviver, foi mudar o curso da História. Da prisão de Lula à prisão dos golpistas, o Brasil percorreu uma

travessia épica. E o PSOL esteve lá em cada etapa, não como mero espectador, mas como sujeito histórico, fiador da esperança, motor da resistência e semente do futuro.

Uma década extraordinária! De dor, resistência, coragem e ação. Uma década de aprender e ensinar. Quem apostou contra o PSOL perdeu a aposta. Somos o partido do futuro! Seguimos com os pés no chão e o horizonte aberto, porque a história ainda não acabou, ela apenas começou a mudar de lado. Viva o PSOL! ■

Seguimos lutando, com os setores mais combativos (como os povos indígenas) para que as lições da década possam levar ao reencontro do Brasil consigo mesmo



© Acervo FLCMF

Homenagem



"NESSE LUGAR DA POLÍTICA"



Priscila Britto

*Cientista política e feminista,
ex-assessora de Marielle Franco*

Fernanda Chaves

*É jornalista, ex-assessora de imprensa
de Marielle e sobrevivente do atentado*

Marielle Franco se apresentava, sempre que ia nos eventos ou dava entrevistas, mais ou menos assim: “sou Marielle Franco, mulher, negra, mãe, cria da favela da Maré e estou nesse lugar da política”. A frase era, ao mesmo tempo, uma afirmação da sua identidade e uma plataforma política.

O vício de linguagem de Marielle ao repetir a expressão “nesse lugar” em praticamente todas as suas falas, quase como uma vírgula, expressava seu desejo de construir uma política fortemente ancorada no território do Rio de Janeiro, preocupada com os problemas cotidianos da cidade e das favelas, das mulheres que lutam para criar seus filhos e filhas. Foi por isso que escolhemos *Nesse lugar da política* — um mandato interrompido como título do livro em homenagem à vereadora, publicado pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, em 2024. A obra homenageia seu mandato de vereadora, a expressão institucional resultante de uma militância de mais de dez anos pelos direitos humanos e na construção de seu partido, o PSOL.

Para quem não conhece, o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, reúne 16 favelas e tem aproximadamente 140 mil moradores que têm suas vidas afetadas pela violência cotidiana,

fruto da disputa entre tráfico, milícias e o Estado. Ser mulher, negra, nascida e criada em uma favela do Rio de Janeiro diz muito sobre o que é ter sua vida atravessada pela barbárie diariamente, desde sempre.

Ser vereadora do Rio de Janeiro e estar no lugar da política era o desejo de uma geração feminista, negra, que ocuparam as ruas e as praças: Occupy, Primavera, Ni Una a Menos, Marcha das Mulheres Negras. Eleita com cerca de 46 mil votos em 2016, Marielle corporificou essas lutas, assim como outras eleitas naquele período: Áurea, Fernanda, Sâmia, Talíria, dentre outras.

O mandato durou apenas um ano e dois meses, mas seus projetos, ações e debates seguem conectados com as pautas mais fundamentais sobre os rumos do país. A urgência de sua luta é ainda mais evidente hoje, quando o Rio de Janeiro e o Brasil enfrentam crises institucionais recorrentes, violência extrema e o avanço de grupos armados no controle de territórios. E nos traz questões: quem elegeremos em 2026? Como avançaremos com as nossas lutas?

Não podemos esquecer jamais o significado político do atentado que também vitimou Anderson Gomes. Sabemos hoje que seus algozes queriam atingir um setor da política fluminense. Mas é crucial entender que a decisão de ceifar a vida de Marielle — e não a de um outro correligionário de seu campo — passa por seu perfil, pelas bandeiras representadas em seu

próprio corpo e, claro, pela sua atuação, ainda tão inicial, porém rascante, incisiva, certa.

Essa mulher, negra, lésbica, nascida e criada na Maré e mãe jovem foi exceção em diversos quesitos: meritocrático, por fazer parte da miúda fatia de 1% de mulheres saídas da favela que chegam ao mestrado; e democrático, por ser eleita vereadora, representando a esperança de significativa parcela da sociedade numa vida melhor. Era isso também que queriam atingir para além de eliminar uma figura cujo trabalho passaria a criar empecilhos reais a grupos criminosos.

Hoje, quase 8 anos após sua morte, o legado de Marielle Franco segue inspirando movimentos de mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e moradores de favelas em todo o país. Sua bandeira pela vida das mulheres negras continua sendo o centro de uma luta que, como lembrou Renata Souza, “é dolorosa e guarda marcas profundas, mas é urgentemente necessária”.

Marielle foi uma mulher de sorriso largo e abraço apertado. Uma liderança vibrante, generosa, que acreditava na política como ferramenta de amor e de justiça. Perdemos uma vereadora, uma amiga, uma companheira de luta. Ganhamos a dor, a luta por justiça e a necessidade de outras como ela se elegerem.

O Brasil, por sua vez, ganhou um símbolo político que transcende nossas lembranças e representa o recorte das histórias de muitas lutas por transformação social e política.

Marielle foi assassinada porque seu trabalho tornou-se empecilho para grupos criminosos. Seu legado ficou e cresce nas lutas

UM PSOL À ALTURA DOS COMPROMISSOS COM O FUTURO



Helena Martins

É jornalista, professora de Comunicação na UFCE, militante do PSOL no Ceará e autora de “Comunicação em tempos de crise” (Ed. Expressão Popular).



João Machado

É economista, docente, foi membro da direção nacional do PT e membro fundador do PSOL.



O PSOL comemora 20 anos de uma história com importantes contribuições ao Brasil e à reorganização da esquerda. Aprendeu das lutas pelos direitos humanos, pela liberdade e afirmação de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, da população negra, dos povos indígenas e da luta pela preservação da natureza, entendidas, todas, como lutas anticapitalistas. Avançou institucionalmente, ampliou suas bancadas, incorporou outros setores da esquerda. Também ampliou as filiações à sigla, especialmente entre jovens. Conseguiu trabalhar com suas diferenças e sempre esteve poroso à alteração de leituras da realidade, o que se refletiu na mudança contínua da composição de sua direção. O desafio da democracia interna foi trabalhado (não sem conflitos).

De frente para os próximos 20 anos, o PSOL realizou uma Conferência Nacional de Atualização Programá-

A luta dos povos tradicionais contra o avanço do capital depredador evidencia o caráter anticapitalista da luta ambiental. A qualificação ecológica da sociedade que queremos é uma imposição da realidade

tica que aprovou o documento *Compromisso com o Futuro*. A plataforma aprovada é abrangente o suficiente para guiar uma ação combativa — de enfrentamento às grandes mazelas do capitalismo no país, e com perspectiva internacionalista.

No entanto, os acertos da plataforma não escondem debates ainda deixados em aberto. Nos preocupam particularmente três elementos do programa e do funcionamento partidários: a centralidade do ecossocialismo para a construção do PSOL; a leitura sobre a relação com a institucionalidade e o Estado; e a compreensão sobre a estratégia de conciliação de classes, inclusive na experiência petista.

Coragem para se dizer ecossocialista

Em Belém do Pará, foi aprovada a Carta Ecossocialista. De lá para cá, o agravamento da crise climática tornou óbvio o caráter destrutivo deste sistema, que coloca a vida da humanidade e da natureza em risco. As lutas dos povos e comunidades tradicionais contra o avanço do capital em seus territórios têm evidenciado o caráter anticapitalista de conflitos que não estão associados ao mundo do trabalho, ainda que estes sigam centrais. Como resultado, o novo programa incorporou a pauta ambiental, mas não houve consenso na afirmação do PSOL como um partido ecossocialista.

Não se trata apenas de uma palavra. Compreendemos que a estratégia ecossocialista é a melhor síntese do socialismo do século XXI, fundamental para repensarmos a relação entre humanidade e natureza, cuja dissociação foi aprofundada pelo capital, e concretizarmos a luta contra a extinção da humanidade. A qualificação ecológica do socialismo é uma imposição objetiva.

Se é verdade que o PSOL soube incorporar a seu programa a “Superação do produtivismo capitalista, colocando a vida no centro da economia” (ponto 1 da plataforma) e uma “Transição justa para um modelo econômico pós-extrativista, com planejamento ecológico de longo prazo”

(ponto 6 da plataforma), fica evidente que essas afirmações, corretas, são insuficientes para guiar a militância nas lutas socioambientais concretas. Falta explicitar que tanto a “superação do produtivismo capitalista” quanto a “transição justa para um modelo pós-extrativista” exigem outra transição — a transição para uma sociedade socialista e, logo, ecossocialista, que precisa começar com a máxima urgência. A parte 2.3 do texto — “Crise climática e Transição Ecológica” mantém um grau significativo de ambiguidade, ao dizer, por exemplo, que a transição ecológica é “parte de um programa de superação do atual modelo” (e não da superação do capitalismo).

O partido precisa estabelecer um plano de construção que o prepare para os embates contra o agronegócio exportador, a pecuária extensiva destruidora de florestas e cerrado, a mineração e a exploração de petróleo e gás e a especulação imobiliária. Essa agenda exige uma política de formação sobre meio-ambiente e luta contra a extinção. Nossa bancada parlamentar precisa atuar de forma coordenada. A luta para barrar a exploração na foz do Amazonas, por exemplo, tem que ser de todas as e os parlamentares do partido, e não de parte apenas.

É necessário conectar nosso programa socioambiental à luta árdua e inspiradora dos sem-terra, não somente pela reforma agrária como também por pequena e média agriculturas de novo tipo, sem agrotóxicos, orgânica, garantidora da vida e da saúde dos mais vulneráveis — como defende e põe em prática o MST.

O Estado nos disputa

Ao longo da atualização programática recente, revelaram-se diferenças de leitura sobre o Estado e nossa relação com ele. Na proposta inicial apresentada pelo setor majoritário da direção, constava a seguinte visão sobre o Estado: “A grande disputa de poder hoje se concentra em dois grandes polos: os bilionários e rentistas de um lado e o Estado e a maioria da população do outro”.

Contra a captura institucional, precisamos ter um programa, uma prática e mecanismos que nos protejam de imediato do Estado, como o reforço do funcionamento coletivo de bancadas, o aprofundamento da democracia interna e de práticas de transparência

Ao transpor tal entendimento para a análise do caso brasileiro em plenário, esse setor sustentou que o capitalismo dependente brasileiro seria marcado por um distanciamento da burguesia do aparato estatal. É uma visão de Estado “neutro”, que justifica a ocupação de espaços institucionais para obtenção de conquistas. Fica gritante a ausência de problematização sobre a nossa relação com a máquina do Estado burguês.

É claro que muitas contradições permeiam o Estado e batalhamos para explorá-las a nosso favor, nas lutas cotidianas por direitos, dentro e fora dos parlamentos. Mas é um equívoco não reconhecer seu papel fundamental e seus mecanismos de produção de hegemonia, que incluem formas de captura das organizações políticas. Afirmar-se anticapitalista não é suficiente para nos proteger e avançar. Nós não apenas ocupamos os espaços de poder, somos disputados por eles. É por isso que a melhor tradição socialista alerta sobre os riscos de uma visão que opõe reforma e revolução e que foca sua estratégia na ocupação de nacos de poder.

Essa visão reproduz acriticamente a ideia de que a ocupação crescente de espaços na institucionalidade não seria um problema se o partido tiver também um pé fora da institucionalidade. Tal compreensão ignora que o Estado burguês — no nosso caso, formado em um país economicamente dependente, de origem colonialista e escravocrata — não produz somente um robusto aparato repressivo, mas também uma institucionalidade voltada para a centralização e captura de posições divergentes. Na “teoria” do “um pé na institucionalidade, um pé fora dela”, na prática vivida pelo PT, a dupla posição entre institucionalidade e mobilização social nunca foi equilibrada. As lutas acabaram sendo submetidas aos interesses de reprodução de mandatos parlamentares e outros espaços atrelados ao aparato estatal, tornando-se a antessala para o projeto de conciliação de classes que pauta a esquerda oficialista brasileira.

Esses elementos foram agravados com as mudanças institucionais produzidas a partir do golpe de 2016, por meio de mecanismos como emendas parlamentares e fundo partidário milionários. Esses mecanismos foram pensados como instrumentos de congelamento das correlações de força dos parlamentos e das direções partidárias. Seus impactos na reprodução de mandatos e na burocratização já são sentidos nas eleições, vide a correlação direta entre montante de emendas investidos e taxas locais de reeleição nas eleições de 2024, e no nosso próprio partido.

O documento aprovado na Conferência silencia sobre o tema da democracia interna e da batalha necessária contra a ameaça de burocratização e a acomodação à institucionalidade capitalista. Um partido que pretende se constituir linha de frente na luta pela democracia social, econômica e política — como indica o documento — não pode negligenciar a discussão sobre o desenvolvimento de sua própria democracia, de seus mecanismos de consulta às bases, sua transparência no uso de recursos e nos critérios de eleição de suas instâncias e representantes.

É urgente debater no partido os usos de fundos eleitorais e emendas parlamentares. É urgente retomar, a partir da avaliação positiva de nosso avanço em filiações, a nucleação, a formação sistemática, as reuniões temáticas e plenárias distritais e setoriais. E devolver às instâncias estatutárias em níveis municipal e estadual as prerrogativas de discutir com os dirigentes nacionais a política do partido e suas necessidades materiais.

Contra a captura institucional, urge termos um programa, uma prática e mecanismos que nos protejam de imediato, como o reforço do funcionamento coletivo de bancadas, o aprofundamento da democracia interna e de práticas de transparência. O PSOL precisa ser linha de frente na luta pela redução das emendas ao orçamento e para que se diminua o volume dos fundos públicos (com a sa-

bedoria de não fazer coro com quem quer o fim desses fundos).

“Centrão” não é nosso aliado

Justamente porque o texto aprovado não é conjuntural, o olhar sobre a experiência da esquerda brasileira com o PT poderia estar mais presente. O acúmulo histórico dos marxistas revolucionários no Brasil sobre os governos petistas critica contundentemente a conciliação de classes promovida especialmente ao longo do século XXI. O caminho de composição de governo com frações importantes da burguesia e seus partidos, apesar de ter proporcionado, durante um tempo, avanços pontuais importantes para a classe trabalhadora, manteve, em linhas gerais, uma orientação econômica ora neodesenvolvimentista, ora neoliberal — esta última com força predominante no atual governo Lula, apesar de o programa “eleito nas urnas” ter apontado para a crítica ao teto de gastos e à reforma trabalhista (medidas que não foram revistas).



Em nome do “combate à extrema direita”, parte do PSOL parece caminhar para uma adaptação pouco crítica ao lulismo. Ora, obviamente o elemento central que unifica a grande parte da esquerda brasileira é a luta contra o neofascismo. Nós também afirmamos essa centralidade na atual conjuntura internacional e nacional. Mas é fundamental saber qual a melhor tática para esse confronto. Assim como a unidade nas pautas contra a extrema-direita, um caminho à esquerda é necessário. Até o governo Lula demonstrou isso, ao adotar a campanha “pobres contra ricos” tão criticada pelo capital e sua mídia, na insistência em negociar em condições não submissas com os EUA, na disposição de aprovar a isenção do IR para os que ganham até 5 mil reais combinada com taxa-ção aos ricos, na oposição à PEC da Blindagem e à anistia aos golpistas. Afinal, em meio à crise que vivemos, a população se opõe a privilégios e exige direitos. Por isso, é preciso exigir o fim da escala 6 x 1, a tributação

das bets, fintechs e fundos do agro, além da regulação das plataformas.

A saída, uma vez mais, é pela esquerda. E o PSOL pode e deve cumprir um papel fundamental ao pressionar o governo e, especialmente, mobilizar a sociedade nesse sentido. Para isso, o primeiro desafio é manter o partido com sua autonomia frente ao governo, sem se submeter à “disciplina governamental”. Infelizmente, essa autonomia está cotidianamente questionada, com a entrada de quadros públicos do partido em administrações petistas, algumas delas inclusive que incorporam a extrema direita.

Por mais que o PSOL se esforce, é muito pouco provável que os rumos do governo sejam alterados na essência, sem ampla mobilização social. É muito pouco provável que o governo renuncie à exploração do petróleo na Foz do Amazonas, ou desista de buscar sempre a aprovação dos “mercados”, ou do agronegócio, ou de compor com o “centrão”. Assim, o PSOL precisa ter autonomia para criticar o governo e, inclusive, para mobilizar

contra algumas de suas medidas (enquanto apoia outras). E, não menos importante, para explicitar que tem um projeto político próprio. Aliás, se não tivesse, não se justificaria ser um partido diferente do PT.

Outro desafio é manter a diversidade de posições no PSOL como virtude. Ainda que traga desafios, não há partido emancipador, capaz de influir ou mesmo conduzir organismos de democracia e poder popular, que internamente funcione à base de maioria esmagando minorias.

Que o PSOL cresça, ganhe mais vida e contribua para a superação do ecocídio. Cabe a nós atuarmos para que o partido cumpra seu papel histórico de afirmar o ecossocialismo, construir e se somar às lutas imediatas e que apontam para uma nova sociedade. Que os próximos vinte anos sejam de lutas e conquistas! ■

Diversidade de posições é virtude, não problema. Democracia interna requer aperfeiçoamento



O PSOL E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO



Tiago Paraiba

É membro da Executiva Nacional do PSOL e militante da Ação Negra

*“Peixe que nada sozinho, morre/
Mas o cardume sobrevive.*

Djonga

O Brasil vive um tempo de transição marcado por incertezas, crises e disputas. Ao mesmo tempo que a extrema-direita segue organizada, sustentada por setores do capital financeiro, do agronegócio e por redes internacionais de desinformação, a esquerda e os movimentos populares enfrentam a tarefa de reconstruir sua força social e política em meio a um cenário de fragmentação.

A desigualdade estrutural, o racismo, o machismo patriarcal, a devastação ambiental e a precarização do trabalho se tornaram ainda mais agudos. Mas também florescem, em territórios periféricos e indígenas, em ocupações urbanas e em coletivos feministas e antirracistas, experiências de solidariedade, resistência e organização que apontam para novas possibilidades.

É nesse terreno que se coloca a tarefa de construir um novo bloco histórico, capaz de conectar as lutas populares em torno de um horizonte

socialista. Esse bloco não nasce espontaneamente: ele precisa de uma força política que seja capaz de unificar sem sufocar, de traduzir sem domesticar, de articular sem substituir. O PSOL pode e deve ocupar esse lugar, não como mero partido institucional, mas como instrumento vivo de organização popular e de radicalização democrática.

Socialismo, uma utopia concreta

O socialismo do século XXI não é a repetição de experiências passadas nem um conjunto de dogmas imutáveis. Ele nasce da realidade concreta do Brasil: um país construído sobre a escravidão, o genocídio indígena, o colonialismo e a dependência externa. O capitalismo brasileiro não é apenas explorador, mas profundamente excludente, e sua crise estrutural se manifesta tanto na financeirização da economia quanto na destruição da natureza e na precarização do trabalho.

Marcha das mulheres negras:
movimentos setoriais perdem força se
não unificados num programa

A resposta a esse quadro não pode ser apenas defensiva. É preciso res-



gatar o socialismo como utopia concreta, isto é, como horizonte que se conecta às lutas imediatas da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. Esse horizonte já aparece nas cozinhas solidárias do MTST, nas ocupações urbanas que garantem moradia a milhares de famílias, nos assentamentos da reforma agrária, nas feiras agroecológicas, nas marchas feministas e antirracistas, nas ocupações estudantis e nas resistências indígenas e quilombolas, nas batalhas de rimas e slams de poesia, nos breques dos apps, na luta pelo fim da jornada 6x1 e demais formas de organização dos trabalhadores sem direitos.

O PSOL precisa se enraizar nessas práticas, não apenas como aliado externo, mas como ferramenta política dessas lutas. Seu papel é unificar o que já existe, dar visibilidade nacional às experiências locais e oferecer um programa capaz de unificar a diversidade da resistência em um projeto socialista de país.

Democracia popular

O Brasil nunca conheceu uma democracia plena. A República nasceu da exclusão das maiorias, a escravidão foi substituída por racismo estrutural, o desenvolvimento do capitalismo se deu à custa da super exploração da classe trabalhadora e a ditadura militar deixou marcas profundas que até hoje moldam o Estado e suas instituições repressivas. A extrema-direita atual, com seu autoritarismo, racismo e misoginia, é continuação dessa herança.

Nessas condições, defender a democracia significa muito mais do que preservar suas formas liberais. É preciso radicalizá-la. Uma democracia popular só pode existir se for construída a partir da participação direta do povo, por meio de conselhos populares, assembleias de base, orçamentos participativos, mobilizações comunitárias e novos instrumentos digitais de decisão coletiva.

O PSOL, por meio da relação que vem construindo nos últimos anos uma relação com os movimentos sociais referenciados na Frente Povo Sem Medo e graças ao trabalho de sua militância que organiza e participa de lutas de norte a sul do país, bem como de seus mandatos parlamentares comprometidos com as lutas do nosso povo, tem demonstrado que é possível transformar instituições em trincheiras populares. A luta contra o fascismo e o autoritarismo exige essa estratégia dupla: disputar o Estado por dentro, ampliando os espaços de poder e denunciando suas limitações, e fortalecer por fora a auto-organização popular, que é a única capaz de sustentar transformações profundas.

Justiça socioambiental como eixo

A emergência climática não é mais previsão futura: é realidade que já devasta vidas e territórios. Enchentes, queimadas, deslizamentos e ondas de calor atingem com maior força justamente aqueles que menos contribuíram para a crise: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares e moradores das periferias urbanas. Trata-se de um verdadeiro racismo ambiental, em que classe, raça e território definem quem mais sofre os efeitos do colapso climático.

O capitalismo verde, com suas falsas soluções — mercado de carbono, compensações ambientais, retórica de “Net Zero” — apenas aprofunda a mercantilização da natureza e perpetua as estruturas de desigualdade. O agronegócio, a mineração e as grandes obras de infraestrutura continuam destruindo biomas, expulsando comunidades e enriquecendo poucos à custa da vida de muitos.

O PSOL precisa assumir centralidade nesse debate, articulando justiça climática e socialismo. Isso significa defender desmatamento zero, reforma agrária popular, demarcação de terras indígenas, titulação de territórios quilombolas, fortalecimento da agroecologia e soberania energética e alimentar.



© Acervo FLCMF

Significa, sobretudo, colocar a vida no centro da economia, enfrentando as corporações transnacionais e denunciando a dívida histórica do Norte global com os povos do Sul.

Novos sujeitos, novos direitos

As transformações recentes no mundo do trabalho — automação, digitalização, uberização — corroeram a base do sindicalismo tradicional e criaram novas formas de exploração. Milhões de trabalhadores sobrevivem em condições precárias, sem direitos garantidos, vivendo o que se convencionou chamar de “empresariamento do desespero”.

Mas esse cenário não significa o fim da classe trabalhadora. Significa a necessidade de novas formas de organização. Já surgem greves de entregadores, coletivos de trabalhadores de aplicativos, articulações territoriais que combinam luta por renda, moradia e dignidade, ao exemplo do Sem Direitos, movimento que tem articulado essas diversas expressões dessa nova classe trabalhadora, outro exemplo é o Vida Além do Trabalho (VAT), que reoxigenou uma pauta histórica da classe trabalhadora, a redução da jornada de trabalho, com a luta pelo fim da escala 6x1.

É preciso equilibrar o velho e o novo mundo do trabalho. Sindicatos ainda existem e são importantes ferramentas da luta dos trabalhadores, apesar de seus limites e burocratização.

O PSOL deve se colocar como ponte entre esses novos sujeitos e o campo político. Seu papel é propor uma nova arquitetura de direitos, que inclua formais e informais, urbanos e rurais, assalariados e autônomos. Renda básica universal, redução da jornada, aposentadoria digna, proteção social ampla e direito à organização coletiva são bandeiras que podem unificar uma classe trabalhadora fragmentada.

Essa luta é, em última instância, uma disputa sobre quem se apropria da riqueza gerada pelas novas tecnologias. Hoje, ela é concentrada por big techs e elites financeiras. O projeto socialista defendido pelo PSOL preci-



sa propor sua socialização, transformando ganhos de produtividade em tempo livre, bem-estar e vida digna para todas e todos.

Da fragmentação à unidade

Os movimentos feministas, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, de juventude, ambientais e de moradia conquistaram centralidade nos últimos anos. Suas vitórias são expressivas: da visibilidade das pautas raciais e de gênero ao crescimento da representação no Congresso; da resistência indígena contra o marco temporal às mobilizações de massa do MTST.

No entanto, a fragmentação e a falta de articulação política mais ampla limitaram o alcance dessas lutas. Muitas vezes, suas demandas foram tratadas como específicas, quando na verdade são estruturais. Não existe socialismo sem feminismo, sem antirracismo, sem enfrentamento à LGBTfobia e sem defesa da natureza.

O PSOL deve ser o espaço que acolhe essas lutas sem pretender comandá-las, oferecendo horizonte estratégico, colaboração nacional e tradução institucional. O desafio é transformar resistências dispersas em força política unificada, construir convergências sem apagar diferenças, e articular a diversidade das lutas num projeto socialista comum.

Não existe socialismo sem feminismo, sem antirracismo, sem enfrentamento à LGBTfobia e sem defesa da natureza. É preciso acolher essas lutas e transformá-las em força política unificada



O PSOL como força dirigente

O novo bloco histórico não nascerá de uma decisão de cima para baixo. Ele será fruto da convergência entre as lutas sociais concretas e um horizonte socialista capaz de unificá-las. Para isso, é preciso ousadia programática e enraizamento popular.

O PSOL tem a oportunidade histórica de se consolidar como força dirigente desse processo. Isso exige afirmar-se como projeto autônomo, não satélite de outras legendas, mas também disposto à construção de frentes e alianças em torno de pautas comuns. Exige combinar a presença institucional com o trabalho de base, transformar mandatos em instrumentos de organização popular, e colocar sua militância a serviço da luta cotidiana do povo.

É urgente que nos próximos 20 anos o PSOL construa uma estrutura partidária que dê conta da tarefa de contribuir com a formação de um novo bloco histórico. E qual é esta organização partidária para esse novo tempo?

Ela passa por novas formas de diálogo e protagonismo popular, entendendo que na atual etapa do capitalismo toda pessoa tem um smartphone e é instada a “fazer escolhas”. Por isso, a ideia de liberdade no capitalismo nada mais é que reforçar os valores estabelecidos e não estabe-

lecer novas referências baseadas na solidariedade e na justiça econômica; esses novos mecanismos não serão apenas o prolongamento da atual estrutura do partido, mas se dará a partir de processos permanentes de escuta e diálogo tendo como locus os territórios periféricos, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo buscando responder ao desafio da nacionalização e interiorização.

A construção desse bloco histórico é a tarefa da nossa época. A extrema-direita oferece identidade e saídas autoritárias para o desespero social. A esquerda só poderá enfrentá-la se transformar indignação em organização, fragmentação em unidade, e esperança em poder popular. O PSOL, ao lado do MTST, do movimento negro, feminista, indígena, ambiental e de tantos outros, pode dar forma política a esse vasto campo de resistências.

É urgente um projeto nacional de transformação que tenha como horizonte a superação do capitalismo dependente que historicamente marcou o Brasil e a América Latina. Isso significa romper com o modelo econômico subordinado aos interesses do capital financeiro internacional, ao agronegócio exportador e às grandes corporações transnacionais.

Uberrização, precarização não significam fim da classe trabalhadora mas exigem novas formas de organização. Na foto, Boulos conversa com trabalhadores em Aracaju, 2018.

A tarefa estratégica é construir um projeto de desenvolvimento soberano, baseado na reindustrialização alinhada à responsabilidade ambiental, na reforma agrária popular, na democratização do crédito, na ciência e tecnologia voltadas para as necessidades do povo, e na integração solidária entre os países do Sul Global. Não se trata apenas de “incluir” o Brasil no sistema-mundo, mas de reorganizar nossa economia em bases populares, recolocando o trabalho, a vida e a natureza acima do lucro. Esse é o caminho para transformar dependência em soberania e desigualdade em justiça social.

Não basta resistir. É hora de disputar valores, ideias e rumos para o Brasil. O socialismo precisa voltar a ser alternativa real e concreta, enraizada no cotidiano do povo. Se o PSOL assumir essa tarefa, poderá liderar a construção do novo bloco histórico que dará ao Brasil um futuro democrático, ecológico, feminista, antirracista e popular. ■

PASSOS DE CORAGEM, ONTEM, HOJE E AMANHÃ



Paula Coradi

Presidenta nacional do PSOL

1. A história O PSOL nasceu da luta

Nasceu quando muitos diziam que era hora de recuar, de ceder, de adaptar-se aos limites da política tradicional. Nasceu quando uma geração de militantes, intelectuais, trabalhadoras e trabalhadores decidiu que não era possível aceitar o fim dos sonhos em nome da governabilidade. O PSOL surgiu das lutas contra a reforma da Previdência, mas, mais do que isso, nasceu da recusa a baixar a bandeira do socialismo. Foi o gesto de afirmar que a política requer coragem.

“Um partido novo, contra a velha política” — esse foi o primeiro chamado que ecoou em nossas fileiras e que continua ressoando vinte anos depois. Desde o início, o PSOL compreendeu que a luta pelo socialismo e

pela liberdade está viva e que a política só faz sentido quando é movida por princípios, por sonhos e pela defesa intransigente dos direitos humanos, da democracia, da justiça e dos direitos da classe trabalhadora.

Nos primeiros anos, o PSOL foi o espaço de reencontro entre ética e sonho. Enquanto o sistema político se fechava em si mesmo, o partido ousou construir outro caminho — independente, popular e radicalmente democrático. Nas ruas e no parlamento, tornou-se o partido da coerência, o partido que não se curvava, o partido que, mesmo pequeno, nunca se calou diante dos poderosos.

Em sua primeira década, o PSOL consolidou-se como o instrumento necessário da esquerda brasileira: es-



teve na linha de frente da defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, no combate às reformas regressivas e na defesa da ética na política. Foi decisivo na luta pelo fim do voto secreto nas cassações parlamentares e teve papel central na cassação de Eduardo Cunha, símbolo do autoritarismo e do cinismo político. Cada uma dessas batalhas reforçou o sentimento de nossa existência: ser o partido que escolhe o lado certo da História

O PSOL nasceu como um grito — o grito de quem não aceita a normalização da injustiça, o grito de quem acredita que a política pode ser ferramenta de transformação e não de acomodação. E é esse grito que, duas décadas depois, segue ecoando em cada militante, em cada bairro, em cada ocupação, em cada luta. O PSOL é, e seguirá sendo, o partido da coragem.

2. Resistência em tempos de retrocessos

Nos anos seguintes à sua fundação, o PSOL mostrou que coerência e coragem podem caminhar juntas. Quando o Brasil atravessou um dos períodos mais sombrios de sua História recente, o partido manteve-se firme — com

os pés nas ruas e a cabeça erguida. Diante do golpe parlamentar de 2016, denunciou sem vacilar o caráter antidemocrático do golpe contra a presidenta Dilma e o projeto de desmonte social que se seguiu com o governo ilegítimo de Michel Temer.

O PSOL também lutou contra a prisão injusta do ex-presidente Lula e transformou o luto em luta quando Marielle Franco e Anderson Gomes foram arrancados de nós. E quando o autoritarismo ganhou fôlego, o PSOL foi a voz que se levantou em defesa dos direitos sociais e da democracia. E em uma decisão inédita, apoiou a candidatura de Lula já no primeiro turno em 2022, porque o partido compreendeu a gravidade do movimento que vivíamos diante da ameaça de reeleger Jair Bolsonaro.

Durante os anos de retrocesso e avanço da extrema-direita, o partido se tornou trincheira de resistência. Lutou contra as reformas regressivas, contra o desmonte da educação e da saúde pública, contra a violência institucional e o discurso do ódio. O PSOL foi às ruas para lutar por “vacina no braço, comida no prato” diante da maior crise sanitária registrada

Em 20 anos de grandes transformações sociais e políticas o PSOL soube manter a fidelidade às lutas e necessidades dos trabalhadores

deste século. Foi o partido que ergueu a voz nas ruas e nas redes quando a barbárie se tornou projeto político. O PSOL é o partido de Marielle Franco, símbolo de um Brasil que ousa existir com dignidade e coragem.

O PSOL se abriu aos movimentos sociais, fortalecendo alianças com a APIB, o MTST e tornou-se o espaço onde as lutas se encontram, onde a diversidade e a esperança se renovam. É o partido do feminismo, da luta antirracista, ambiental, LGBTQIA+, indígena e anticapacitista. É o partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, que reúne as pautas históricas da esquerda com os novos ativismos.

No cenário internacional, o PSOL manteve viva a chama do internacionalismo, denunciando o colonialismo e o expansionismo de Israel e mantendo solidariedade incondicional com o povo palestino. Porque o socialismo que o PSOL defende é um projeto de libertação e justiça global, que reconhe-

ce a humanidade em todos os povos e a dignidade como valor universal.

3. Vinte anos de transformações

Ao completar duas décadas, o PSOL não é apenas um partido consolidado: é uma experiência política viva. Sua militância fez do partido um organismo pulsante, resistente e criador, capaz de sobreviver a tempos muito adversos, sem perder o rumo. Foi essa militância, nas escolas, nas periferias, nos sindicatos, nos movimentos de moradia, no campo, na cidade e nas redes, que manteve o PSOL fiel à sua razão de existir — ser útil à transformação social e à construção de um outro Brasil.

Nesses vinte anos, o mundo mudou profundamente e o PSOL mudou com ele. A crise do neoliberalismo, cujos desdobramentos seguem em curso, alterou a forma como as pessoas trabalham, relacionam-se e percebem o mundo. A financeirização da economia transformou a vida em mercadoria, precarizou o trabalho e empurrou milhões para a insegurança e o medo. Foi nesse terreno de frustração e ressentimento que a extrema-direita floresceu, alimentando-se da desesperança e oferecendo respostas autoritárias.

Esse cenário coloca uma pergunta urgente: qual projeto político pode responder a essa crise múltipla — social, econômica e ambiental? É nesse terreno que o PSOL encontra o seu papel histórico.

A crise ambiental é uma das faces mais visíveis dessa crise civilizatória. Ela não é mais uma previsão distante — é o presente. Enchentes, secas, queimadas, desmatamentos e deslocamentos forçados expõem o colapso de um modelo que prometia progresso infinito. O capitalismo chegou ao seu limite. Sua promessa de crescimento ininterrupto revelou-se uma

miragem. E diante da impossibilidade de seguir crescendo, o capitalismo responde com negacionismo, autoritarismo, destruição e exclusão.

A catástrofe ambiental nos obriga a repensar a forma como produzimos, vivemos e nos relacionamos com o território. O desafio do nosso tempo é transformar o medo em coragem, e o PSOL deve ser o instrumento político desse novo projeto: um modelo de desenvolvimento econômico e social anticapitalista que una justiça ambiental e justiça social, economia e vida.

A luta contra a extrema-direita também é um desafio histórico do nosso tempo. Derrotar seu projeto nefasto é uma questão civilizatória. Para isso, será necessária solidariedade internacional, construção de frentes amplas na sociedade, flexibilidade tática nas eleições onde caiba o nosso projeto, aproveitando as oportunidades que se abrem na conjuntura e, a partir da mobilização social, arrancar vitórias de curto prazo para acumular forças e que a médio e longo prazo possam alterar a correlação de forças.

Apostamos que sob a ameaça da extrema-direita a luta política exige mais



Guilherme Boulos com Sonia Guajajara, vice, na campanha presidencial de 2018. Aliança com movimentos sociais

© Acervo FLCMF

do que resistência: exige esperar, fazer com que a política seja um objeto de transformação. E para isso é necessário apostar na mobilização popular e acreditar no poder das ruas, como no caso do PL1904 em 2024 e a PEC da Blindagem em 2025. É por meio da mobilização que vamos nos reconectar com as maiorias sociais, encantar e disputar nosso projeto com coragem, um projeto que defenda a diversidade da classe trabalhadora que tem gênero, cor, formas de amar e de existir, além de crenças diversas.

4. PSOL +20

Diante de duas décadas de luta, o PSOL sabe e compreende o tamanho da responsabilidade histórica que carregamos. Vivemos um momento de crise civilizatória, marcado por desigualdade crescente, destruição ambiental, avanço do autoritarismo e crise da democracia. Nesse cenário, a esquerda brasileira precisa de um projeto sólido, capaz de responder às urgências sociais e ambientais, reconstruir a esperança e disputar hegemonia política.

O PSOL, com sua história de coerência e resistência, deve assumir

seu papel como força política transformadora. Deve ser um espaço em que lutadores sociais, ativistas e organizações possam se encontrar. Um espaço que se coloque como alternativa viável para esquerda, onde as lutas se encontram e se articulam, se renovam.

É necessário responder aos desafios do século XXI: justiça social, transição ecológica, democracia e diversidade. É preciso apostar na mobilização popular, no diálogo com movimentos sociais, na institucionalidade, na atuação política por dentro e por fora do Estado.

Enquanto a extrema-direita aposta no autoritarismo, no ódio e na intolerância, o PSOL deve responder com um projeto capaz de esperar, de reconquistar corações e mentes, disputar o presente com mais democracia, mais direitos, mais dignidade e mais justiça. O PSOL continuará necessário se se mantiver existindo como um instrumento vivo, ativo e orgânico da Revolução Brasileira, que será obra de milhões, terá a cara e as cores do nosso povo e a grandeza da América Latina! ■



O PSOL se abriu aos movimentos sociais, fortalecendo aliança com a APIB e o MTST, e tornou-se lugar onde as lutas se encontram, onde diversidade e esperança se renovam

OS MOVIMENTOS POPULARES SÃO O QUE NOS ALIMENTA



Ana C. Carvalhaes

Jornalista, militante desde a fundação do PSOL e co-editora da Socialismo e Liberdade

Antes mesmo de se legalizar, o PSOL – ou o conjunto de forças que lhe deram origem – nasceu de uma mobilização. A forte luta dos servidores federais de todas as categorias, em 2003, contra a Reforma da Previdência levada adiante pelo primeiro governo Lula, foi a base social que à época sustentou as divergências dos “radicais do PT” e de inúmeros intelectuais até então petistas com a política econômica implementada pela nova administração. Aquela primeira reforma retirou dos trabalhadores da União, que tinham sido até então um dos mais poderosos sustentáculos da CUT e do PT, o direito à aposentadoria com salário integral.

Assim, o partido nasceu com o DNA da fidelidade às lutas das e dos explorados e das oprimidas. Uma marca do parto que se manteria no transcurso de 20 anos, expressa na

participação da militância plural e/ou do apoio do partido em todos os grandes e decisivos movimentos de reivindicação trabalhadora, juvenil e popular. Como sintetiza o deputado federal Ivan Valente, um dos nossos veteranos, “o PSOL esteve na linha de frente do combate tanto ao neoliberalismo como ao neofascismo, representados no Brasil pelo Centrão e pelo bolsonarismo”.

Embora nunca tenha desenvolvido um setorial de intervenção sindical, o partido se fez presente e vocalizou, nos parlamentos aos quais chegou, todas as lutas de professores por salários e melhores condições de ensino; greves de garis, petroleiros e metalúrgicos. Apoiou e se nutriu dos ensinamentos das batalhas por moradia de trabalhadores sem-teto de Norte a Sul. O PSOL apoiou por dentro e por

Com enraizamento ainda pequeno na classe trabalhadora, o PSOL aprendeu nas lutas de jovens, indígenas, mulheres, assalariados, sem -teto e LGBT.. Largo da Batata, São Paulo, em ato contra Bolsonaro



© Acervo FLCMF

fora todas as grandes greves de docentes universitários federais – como a fortíssima luta de 2012, pela reestruturação da carreira. Apoiou todos os levantes de estudantes, como nas ocupações de 200 escolas secundárias de São Paulo entre 2015 e 2016, contra o rearranjo do sistema – que conseguiu barrar a reforma e derrubou o então secretário Herman Voorvald.

Apoiamos e aprendemos muito com o movimento indígena, acompanhando todos os Acampamentos Terra Livre, em Brasília, a luta contra o Marco Temporal e todos os conflitos em que povos originários reivindicaram seus territórios e modo de vida. “O PSOL poderia ser reconhecido como um partido de 525 anos de Brasil, pois é ele quem carrega duas mulheres indígenas eleitas deputadas federais, foi o primeiro partido a ter uma indígena candidata à Vice-Presidência, e está ao lado da luta das mulheres, dos povos indígenas, da população negra, da juventude, das pessoas LGBTQIA+ e da classe trabalhadora que carrega o Brasil nas costas”, avalia, certa, a deputada Célia Xacriabá.

Nossa militância e dirigentes setoriais de vários movimentos – em particular do estudantil – estiveram no olho do furacão de 2013, disputando duramente, a partir das rei-

vindicações da mobilização (saúde, educação, transporte gratuito e mais democracia), os rumos daquela revolta popular, em que, pela primeira vez depois de décadas, a direita e sua expressão extrema entraram para ganhar corações e mentes com eixo tão somente em debilitar a esquerda como alternativa.

Como assinala Guilherme Boulos, a partir de 2015, a polarização política e o crescimento da extrema direita culminaram no golpe institucional contra Dilma, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro. Diante desse novo quadro, recorda Boulos, “o PSOL se posicionou corretamente, escolhendo o caminho da unidade para o enfrentamento ao fascismo”. A partir do governo do golpista Michel Temer e depois durante o mandato de Bolsonaro, o partido tornou-se um dos maiores protagonistas da defesa da democracia, ao mesmo tempo que continuava lutando, com os trabalhadores e trabalhadoras, contra as reformas trabalhista (Temer) e previdenciária (Bolsonaro).

De forma sempre combinada com as batalhas econômico-sociais, o partido instigou e foi instigado pelo avanço das discussões, e conscientização e das lutas de mulheres, negras e negros, indígenas, jovens e pessoas LGBTQs. O PSOL incentivou esse debate e ajudou nessas lutas, porque sempre teve em seu programa a igualdade entre homens e mulheres (com paridade de participação nas instâncias de direção), a luta contra o racismo estrutural que oprime a maioria da população brasileira, afrodescendente e indígena (terreno em que ainda temos muito o que avançar internamente) e contra as opressões de todas as manifestações diversas da sexualidade humana.

Nossas camaradas foram linha de frente da Primavera Feminista contra Cunha, de 2015, e da resistência que derrotou o PL do Estupro já em 2024, assim como serão agora o batalhão mais aguerrido contra o “golpe” disfarçado de Decreto Legislativo, com que a extrema direita conserva-

dora da Câmara pretende impedir o aborto legal de meninas vítimas de estupro. Nossos negros e negras estão presentes nos conflitos sindicais, nas ocupações urbanas por moradia, na resistência ao genocídio praticado pelo Estado contra a juventude negra nas periferias, nas batalhas fundamentais contra a sanguinária “guerra as drogas”, pela liberdade religiosa e pelo respeito a sua ancestralidade.

Este partido tem orgulho de ter sido educado pelas trabalhadoras e trabalhadores que lutam, pela negritude, pelos incansáveis descendentes dos primeiros habitantes destas terras, pelos trabalhadores sem direitos; pelas mulheres e suas “primaveras”, pelo movimento LGBT, assim como pela conscientização global frente ao desastre ambiental provocado pelo capitalismo. “Denunciamos a falsa alternativa do capitalismo verde à crise ambiental”, recorda a deputada Fernanda Melchiona (RS). “Coerentes com aposta no ecossocialismo como única alternativa, somos contra a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, mostrando que é necessário rediscutir o modelo que só aposta nos combustíveis fósseis”.

Portanto, não por acaso, o PSOL passou a ser visto como espaço de expressão e de participação política por mais e mais lideranças feministas, negras, indígenas, ambientalistas, gays, lésbicas e pessoas trans, que vieram aderindo ao partido e se candidatando pela nossa sigla. Não por acaso o PSOL é o partido com maior porcentagem de filiados jovens. Não por acaso fomos escolhidos por jovens lideranças do movimento contra a jornada 6 X 1. Assim como sempre seremos o partido de Marielle Franco e de Plínio de Arruda Sampaio, somos não só o partido dos deputados, deputadas e vereadores mais corajosos, como da militância, eleitores e amigos mais lutadores. Afinal, mesmo com as disputas e polêmicas internas que não escondemos – porque são de uma sigla viva e plural – somos aqueles que acreditam unanimemente que só luta muda vida.



NEGRITUDE

“A questão racial em nosso país é estratégica. Faz parte de todo o contexto da vida social brasileira que possui maioria negra, fruto dos 356 anos de escravidão. A abolição em 1888, não resolveu os problemas centrais: terra, educação, superexploração do trabalho. (...). É preciso muito mais do que investimentos pequenos como temos no Ministério da Igualdade Racial. (...) O fim da escala 6x1 é uma realidade urgente, por se tratar de um resquício do período escravocrata. Faltam condições dignas, luz, água, saneamento, aos locais de moradia da periferia, onde vive a maioria do povo negro. A violência policial tem como alvo os corpos negros, em especial, os jovens. A privatização dos presídios e o avanço das comunidades terapêuticas tendem a aumentar ainda mais o encarceramento. A luta contra o racismo ambiental é um tema não apenas na academia, mas em todos os espaços da vida social. O PSOL tem o desafio de lutar pelas ampliações das cotas no serviço público, mas também nos espaços educacionais e nas esferas sociais.” (Setorial de Negras e Negros do PSOL)

MULHERES

“Nosso feminismo é popular, ecosocialista, indígena, negro, interseccional, comunitário e transfeminista,



porque compreendemos que não há uma única experiência de ser mulher. As muitas vivências femininas são atravessadas por determinantes como classe, raça, território e identidade de gênero. (...) A construção de uma sociedade socialista requer o enfrentamento articulado de todas as opressões sobre as mulheres. (...) As desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe estão profundamente imbricadas com as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. São pilares para a transformação social a economia do cuidado, a garantia dos direitos reprodutivos, a valorização do trabalho feminino, a proteção contra a violência de todo o tipo, a revogação de normas injustas, como a Lei de Alienação Parental. Ao colocar a vida, o cuidado e a justiça no centro do debate político, o feminismo reafirma seu papel essencial na construção de um novo horizonte civilizatório, em que a dignidade, a igualdade e a liberdade sejam garantidas a todas as pessoas.” (Setorial de Mulheres do PSOL)“

JUVENTUDE

“Não é à toa que o PSOL é o partido com mais jovens filiados. O partido conseguiu corresponder às expectativas da juventude por representação, pelo combate às opressões, por combatividade, além de dialogar com os jovens que vivem na periferia, nas favelas e quebradas”, diz Mateus Rossetto,





da Juventude Fogo no Pavio. Letícia, da corrente Juntos e diretora da UNE, recorda que em 20 anos, o partido se fez protagonista de momentos decisivos: “Fomos nós que nos levantamos contra a construção de Belo Monte no Xingu, tomamos as ruas durante as Jornadas de Junho de 2013, ocupamos escolas e universidades em defesa da educação pública, puxamos as lutas pelo #ForaTemer, não arredamos o pé durante o governo Bolsonaro, construímos o Tsunami da Educação, exigimos vacina e dignidade durante a pandemia e seguimos firmes para que Bolsonaro fosse responsabilizado por seus crimes”. Sara Vasconcelos, juventude Manifesta, também da direção da UNE, avalia: “Nos tornamos ferramenta indispensável na luta por um Brasil justo, democrático e socialista, contra o neoliberalismo, o bolsonarismo e as investidas do imperialismo, defendendo a soberania nacional, a educação pública, os direitos dos trabalhadores, das mulheres, das LGBTQIA+, do povo negro, indígena e quilombola. Foi nele que boa parte dos jovens ativistas encontrou espaço para ousar, sonhar e construir a força coletiva capaz de transformar o futuro”. No mesmo espírito, Lê Magalhães, da juventude Afronte e diretor da UNE, afirma que o partido também é novo na forma de fazer política; “De olho no socialismo e na liberdade, o PSOL é um símbolo essencial para a juventude que quer construir um mundo novo”.

MOVIMENTO INDÍGENA

“Nestes 20 anos, o PSOL tem sido a casa de quem sonha com um país de direitos e dignidade, capaz de enfrentar a fome, o racismo, a devastação ambiental e a violência política, e de transformar esperança em política pública”, afirma a deputada licenciada e ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara. Sonia também foi coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a APIB. A eleição de Sonia e Célia Xacriabá como deputadas federais pelo PSOL em 2022, as primeiras indígenas da história nesse posto, foi uma consagração de uma relação de apoio, sustentação e profundo respeito do partido para com o combativo, incansável, heroico movimento indígena brasileiro – o único no mundo capaz de reunir numa só organização representações de mais de 300 etnias. Guajajara avalia que a relação deu um salto quando ela foi indicada candidata a vice-presidente, junto com Boulos, em 2020. “Ali o partido reconheceu a luta pela mãe Terra como a mãe de todas as lutas; ali começamos a aldear a política, levando nossas vozes e modos de vida para o centro do debate e das decisões nacionais”. Ela deseja (e o PSOL também) que sigamos juntos “enquanto houver floresta a proteger, territórios a demarcar e vidas a defender”. ■



UMA SIGLA QUE FAZ A DIFERENÇA

Da redação

No passado 26 de novembro, seis dias depois da prisão preventiva de Bolsonaro e dia seguinte da histórica prisão dos altos oficiais do chamado “núcleo crucial” da trama golpista, a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados pediu à Procuradoria Geral da República (PGR) a quebra de sigilo do celular do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), mascote barulhento do bolsonarismo na casa. Descumprindo uma determinação sobre os procedimentos obrigatórios para visitar Bolsonaro, Ferreira havia entrado na cela da Polícia Federal em Brasília portando seu celular.

Em nota, o grupo parlamentar do PSOL desmascarou o argumento de Ferreira, segundo o qual ele estaria a par da exigência de entrar sem o aparelho. “O deputado foi formalmente informado das regras de visitação em 11 de novembro, normas em vigor há mais de três meses. Em suas redes sociais, o parlamentar já havia criticado diversas vezes as medidas cautelares impostas ao ex-presidente desde julho”.

O episódio é somente um exemplo recente da atenção, trabalho contínuo e antena dos parlamentares do partido com as questões mais quentes da cena política brasileira, neste caso, a defesa da democracia frente ao golpismo e a punição de golpistas e cúmplices. Desde a intentona de golpe, a bancada do PSOL não descansou. Esteve com um pé na luta

direta, presencial, contra os seguidores do ex-presidente e seus projetos reacionários (como na CPI do MST; nas seguidas tentativas de extinguir o direito ao aborto legal nos casos que a lei permite; na suposta anistia para golpistas e na PEC da Bandidagem) e outro pé nas manobras com as quais a extrema direita busca burlar as regras do jogo fora do parlamento.

Maior que os números

Com 12 deputados na atual legislatura federal – uma bancada muito reduzida numa Câmara com 534 membros – o partido soube, em 20 anos, ser maior que sua mera força numérica. As mulheres e homens que representaram e representam o PSOL no parlamento federal desde a legalização (2005) – 25 deputados no total (ver quadro 1) – marcaram sua atuação pela presença constante no plenário e principais comissões, com compromisso frente aos explorados e oprimidos, muita produção legislativa e, nos últimos dez anos, combatividade contra a extrema direita e as pautas reacionárias.

Embora pequeno e ainda com representação federal concentrada no sul e sudeste, o PSOL apresentou sozinho, nessas duas décadas, quase 18 mil proposições legislativas, das quais 160 se tornaram ou modificaram leis (oito leis por ano). Em coautoria com outros partidos, o número de proposições salta para quase 40

mil (ver quadro 2). Lorena Gonçalves, responsável pela pesquisa da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco que chegou a esses números, recorda que 50% daquelas 18 mil proposições ainda estão em tramitação.

“O partido se mostra consistente na autoria e coautoria de proposições com diferentes perspectivas e atores, aumentando a probabilidade de aprovação de normas legais nos temas de interesse de suas bases”, avalia Lorena. “E isso contribui substancialmente para o processo democrático do país e o aumento da força política vinculada à diversidade social brasileira”. Em 20 anos, foram 60 mil proposições de lei ou regimentais. Segundo a pesquisadora, os números do trabalho do PSOL dão solidez à sigla e a equiparam, sem exagero, a “partidos consolidados de médio porte”.

Os números são expressivos principalmente quando se levam em conta as dificuldades de negociação para conseguir a mera apreciação de uma proposta numa Comissão, num Congresso de maioria de direita e extrema direita, dominado pelo fisiologismo do Centrão e com forte presença do bolsonarismo nas duas últimas legislaturas. “Nosso trabalho, nossa produção legislativa, é muito maior que os números frios. A menor parte do que propomos chega a ser aceito por comissões e Mesa da Câmara dos Deputados. Esse é um aspecto das

limitações da ação parlamentar”, explica a deputada Samia Bomfim, eleita por São Paulo.

Encontrando brechas

Nesse contexto difícil, a fórmula para arrancar resultados é o bom apego às pautas dos trabalhadores do país, dos movimentos e setores sociais mais vulneráveis, em geral sequer imaginadas pelos demais partidos, e o hábil aproveitamento de brechas conjunturais – em outras palavras oportunidades abertas em certos momentos políticos em que interessa não somente às forças de esquerda mostrar preocupação com determinadas brasileiras e brasileiros. É essa combinação de razões que explica a aprovação de uma lei fundamental para a população de rua, proposta pela deputada Érika Hilton: a que instituiu a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para pessoas em situação de rua (visando ao acesso delas à empregos e renda, com elevação da escolaridade e qualificação profissional).

O veterano Ivan Valente (SP) fez aprovar duas proposições garantindo direitos dos estudantes no sistema educacional: o PL 10301/2018, que visa alterar a Lei nº 11.947/2009, para fortalecer o papel dos estudantes e da sociedade na fiscalização da merenda escolar; e o PL 6543/2019, que assegura a estudantes universitário o direito a serem informados da grade curricular de seus cursos. Também por iniciativa de Ivan, depois assumido pela bancada como um todo, também foi aprovado na Câmara o PL 9762/2018, que cria o Programa Social de Intervenção Social para Prevenção da Violência, numa parceria entre União e Unidades da Federação, nos territórios que registrarem altos índices de violência ou que sejam objeto de operações de segurança resultantes de intervenção federal ou de operações voltadas para a Garantia de Lei e Ordem.

Elaborada pelo então deputado Guilherme Boulos (hoje licenciado e na função de ministro-chefe da Se-

Deputadas e deputados Federais pelo PSOL desde 2005

 Áurea Carolina (MG) 2019-2023	 Luciana Genro (RS) 2005-2007, 2007-2010
 Babá (PA) 2005-2007	 Luiza Erundina (SP) 2023 – 2027, 2019-2023, 2016-2019
 Cabo Daciolo (RJ) 2015	 Maninha (DF) 2005-2007
 Célia Xakriabá (MG) 2023 – 2027	 Marcelo Freixo (RJ) 2019-2021
 Chico Alencar (RJ) 2023-2027, 2015-2019, 2011-2015, 2007-2011, 2005-2007	 Orlando Fantazzini (SP) 2005-2007
 David Miranda (RJ) 2019-2023	 Pastor Henrique Vieira (RJ) 2023 – 2027
 Edmilson Rodrigues (PA) 2015-2019, 2019-2021	 Paulo Lemos (AP) 2025-2027
 Erika Hilton (SP) 2023 – 2027	 Professora Luciene Cavalcante - (SP) 2023-2027
 Fernanda Melchionna (RS) 2023 – 2027, 2019-2023	 Sâmia Bomfim (SP) 2023 – 2027, 2019-2023
 Geraldinho (RS) 2011	 Sônia Guajajara (SP) 2023-2027 (Licenciada, Atual ministra dos Povos Indígena)
 Glauber Braga (RJ) 2023 – 2027, 2019-2023, 2015-2019	 Talíria Petrone (RJ) 2023 – 2027, 2019-2023
 Guilherme Boulos (SP) 2023 – 2027	 Tarcísio Motta (RJ) 2023 – 2027, 2019-2023
 Ivan Valente (SP) 2023 – 2027, 2019-2023, 2015-2019, 2011-2015, 2007-2011, 2005-2007	 Vivi Reis (PA) 2021 – 2023
 Jean Wyllys (RJ) 2015-2019, 2011-2015	
 João A. Telles Melo (CE) 2005-2007	

Senadoras e senadores do Psol desde 2005

 Heloísa Helena (AL) 2005 – 2007	 Marinor Brito (PA) 2011
 José Nery (PA) 2007 – 2011	 Randolfe Rodrigues (AP) 2011 – 2014

cretaria Geral da Presidência), em conjunto com Luciene Cavalcanti, foi aprovada a proposição que modificou a lei 14.016/2020 para “proibir o descarte de alimentos, criminalizar a prática, especialmente no contexto das empresas que se desfazem de alimentos em razão da redução de preços, e incentiva estímulo a doação de alimentos para iniciativas de segurança alimentar e combate à fome”.

O mesmo foco nas condições de vida dos mais desprotegidos guiou toda a bancada durante a pandemia da Covid-19: projeto das deputadas Talíria Petrone (RJ), Samia Bomfim (SP) e Fernanda Melchionna (RS) garantiu prioridade para mulheres chefes de família no recebimento do auxílio emergencial. Projeto de Ivan Valente garantiu proteção especial aos entregadores. Melchionna fez ainda aprovar o PL 3202/2023, que garantiu isenção, por até seis meses, das tarifas de energia elétrica e água para pessoas atingidas por desastres

naturais – mecanismo que seria essencial na calamidade que abateu o Rio Grande do Sul em maio de 2024.

No terreno dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, Luíza Erundina aprovou proposição que preencheu uma lacuna do Código Penal, tipificando o crime de “manter casa de exploração sexual infanto-juvenil”. Chico Alencar (RJ) e Luciene Cavalcanti (SP) propuseram e conseguiram a aprovação de norma que criou o Programa de Educação Continuada para mães solo (PL 791/2025). Samia Bomfim conseguiu aprovar, em 2022, o PL 2825/2022, hoje no Senado, para estabelecer diretrizes gerais para o combate à violência contra mulher em ambiente universitário. Coautora com a deputada Lídice da Matta (PcdoB), Melchionna contribui para a criação da Lei Mariana Ferrer (14.245/2021), que criminaliza o constrangimento de vítimas de violência sexual durante julgamentos. Toda a bancada participou intensamente dos debates sobre a licença paternidade, tendo sido fundamental para pelo menos garantir os meros 20 dias aprovados.

A gente não quer só comida

As deputadas Érika Hilton e Talíria Petrone fizeram aprovar decreto legislativo sustando a validade de uma resolução do Conselho Federal de Medicina, que, em sua cruzada transfóbica, criava enormes dificuldades para a atenção básica à saúde e para a terapia hormonal de pessoas trans e travestis. O pastor Henrique Vieira, grande e coerente defensor da liberdade religiosa no país, transformou em norma legal uma proposição de alteração de leis antigas, para “autorizar a concessão de direito real de uso de bens públicos para reassentamento de grupos ou templos religiosos que, por atos de perseguição ou de intolerância religiosa, tenham sido forçados a deixar os locais em que tradicionalmente exerciam profissão de fé”.

Petrone foi ainda coautora da norma que criou a bancada negra

Atuação parlamentar do psol 2005-2025

Proposições transformadas em lei

160

Proposições em tramitação

17.833

Proposições autoria/coautoria do PSOL

39.093

Proposições com relatoria do PSOL

1.336

Total

58.442

Produtividade do PSOL

40000

30000

20000

10000

Proposições aprovadas
em norma jurídica

Proposições aprovadas
em norma jurídica

Proposições autoria/
coautoria do PSOL

Proposições
relatoria PSOL

da Câmara dos Deputados, assim como Melchionna o foi da Lei Aldir Blanc – norma fundamental no auxílio concreto à sobrevivência do setor cultural na pandemia. Enquanto Tarcísio Motta foi o relator de projeto da deputada petista Maria do Rosário, que incentiva as bandas e blocos de Carnaval.

Por esses e outros acertos, é comum entre adversários do PSOL, principalmente da direita, mas infelizmente não só, lançar ao partido a pecha de “identitário” – terminologia utilizada em geral para quem não consegue compreender a diversidade racial, de gênero e orientação sexual das e dos trabalhadores brasileiros/as. Como consequência, os “anti-identitários” negam-se a aceitar que normas gerais não só não bastam como ajudam a ocultar as opressões impostas pela sociedade de classes. O PSOL tem, sim, sido escolhido por mais e mais jovens, mulheres, negras e negros, LGBTQIA+, assim como ambientalistas e ativistas da cultura, como sua sigla para concorrer a eleições.

Temos orgulho e acolhemos o fenômeno, sem deixar de lutar e fazer propostas de interesse geral dos que

vivem do trabalho. O partido foi a primeira instituição do mundo político a levantar a bandeira pelo fim da jornada 6X1, hoje assumida pelas centrais sindicais, pelo PT e muito provavelmente pela próxima campanha de Lula à reeleição. Por meio das deputadas Érika Hilton, Luíza Erundina e Talíria Petrone, o PSOL foi decisivo na conquista democrática inédita de aprovar norma suspende da remuneração e proventos de militares investigados por violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, praticados durante o período da Ditadura Militar.

A essa obra no âmbito federal, deve-se somar o trabalho incansável e necessário, muitas vezes solitário ou muito minoritário, de parlamentares estaduais nas Assembleias Legislativas e vereadores/as do partido nas Câmaras pelo país afora. Essa atuação sintonizada contribui, combinada com a participação da militância nos movimentos de trabalhadoras, mulheres, negras e negros, indígenas, sem teto e juventude, para a imagem partidária de radicalidade – expressão que no bom sentido significa coerência e combatividade. ■

Homenagem aos imprescindíveis



Leon Cunha

♦ Passo Fundo, 3/8/1975
† São Paulo, 31/3/2021

Comunicador, militante desde a adolescência, foi ativo no movimento secundarista em sua cidade natal e em São Paulo. Fundador do partido, fez parte de sua primeira direção nacional. Foi da equipe de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).



Lisete Arelaro

♦ 30/05/1945, Campinas
† 12/03/2022

Pedagoga e professora. Na ditadura militar, engajou-se no movimento estudantil, sendo perseguida e presa. Mestre e Doutora pela USP, dedicou sua vida à educação pública, democrática e transformadora; trabalhou com Paulo Freire na Secretaria de Educação de São Paulo e como Secretária de Educação em Diadema. Foi diretora da Faculdade de Educação da USP e desenvolveu pesquisas importantes



Silvia Santos Bianchi

♦ Mendoza, 1949
† Buenos Aires, 15/9/2022

Foi uma militante internacionalista argentina. Dirigente do Movimento al Socialismo (MAS) de seu país na década de 1980. Viveu no Brasil durante 30 anos, período em que trabalhou pela formação e legalização do PSOL. Foi co-autora dos estatutos do partido e membro de sua primeira Executiva Nacional.

Lula Rocha

♦ 17/01/1985
† 11/02/2021

Foi dirigente do PSOL-ES e militante histórico dos movimentos negro e de DH. Presidiu o Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Espírito Santo e, coordenou o Círculo Palmarino e criou a Rede de Cursinhos populares AfirmAção.





Leandro Konder

♦ Petrópolis, 3/1/1936
† 12/11/2014

Outro dos grandes intelectuais marxistas que apoiou a fundação do PSOL. Filósofo político e autor de trinta livros, que tiveram importante papel na divulgação do socialismo no país.

Carlos Nelson Coutinho

♦ Itabuna, 28/6/1943
† Rio de Janeiro, 20/9/2012,

Filósofo político marxista, ensaísta, tradutor e editor da obra de Gramsci no Brasil. Foi um dos intelectuais a romper com o PT para apoiar a fundação do PSOL.



Enrique Morales

♦ 1952, Argentina
† Brasília, 28/2/2015

Migrante argentino, militou no PT do RS, antes de se estabelecer na capital e colaborar ali na formação do PSOL. Foi o primeiro presidente do PSOL do Distrito Federal.



David Miranda

♦ Rio de Janeiro, 10/5/1985
† Rio de Janeiro, 9/5/2023).

Jornalista e estrategista de marketing, foi o primeiro vereador assumidamente gay na Câmara carioca. Foi deputado federal pelo partido.



Chico de Oliveira

♦ Recife, 7/11/1933
† São Paulo, 19/7/2019)

Um dos maiores sociólogos do país, marxista não dogmático, crítico ferrenho do desenvolvimentismo, portanto do PT (ao qual foi ligado), esteve entre os brilhantes intelectuais que apoiaram a formação do PSOL.

JATOBÁ

Revista socioambiental da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



Leia as edições anteriores gratuitamente

Reflexão e ação sobre questões urgentes!

*A Revista Jatobá pauta
e aprofunda debates
socioambientais com
perspectiva popular
e multidisciplinar*



flcmf.org.br/revistas

**Acesse
agora!**

Acesse o link ou
escaneie o QR Code
para se conectar ao
ecossocialismo onde
você estiver!

